

===== **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMEIS REALIZADA NO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2014:** *Aos vinte dias do mês de fevereiro do ano dois mil e catorze, nesta cidade de Oliveira de Azeméis e sala de reuniões, no edifício da Câmara Municipal (antigo liceu) sito à Rua António Alegria, n.º 184, reuniu ordinariamente, o Executivo Municipal, sob a Presidência do Senhor **Dr. Hermínio José Sobral de Loureiro Gonçalves**, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Dr. António Isidro Marques Figueiredo, Dra. Gracinda Rosa Moreira de Pinho Leal, Dr. Ricardo Jorge de Pinho Tavares, Dr. Pedro João Alves de Carneiro Marques, Eng.º Joaquim Jorge Ferreira, Hélder Martinho Valente Simões, Dra. Ana Maria de Jesus Silva e Dr. Manuel Alberto Marques Dias Pereira.*** =====

===== *Secretariou a presente reunião, a Secretária do Executivo Maria Isabel dos Santos Miranda Bastos.* =====

===== *Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram 17h e 10m.* =====

===== **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** =====

===== *Dando início à reunião o Senhor Presidente disse: Estamos em condições de dar início à nossa reunião de 20 de fevereiro, que excecionalmente foi marcada para esta hora. A razão que levou à alteração do horário prende-se com uma reunião que foi marcada pelo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional relativamente ao novo Quadro Comunitário, que convocou todos os Presidentes de Câmara para hoje de manhã e eu entendi que devia marcar presença nessa reunião, que havia a possibilidade de ajustar a hora da nossa reunião, fizemos os contatos com a comunicação social, com os Senhores Vereadores e procuramos também através de edital dar nota desta alteração da reunião. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora Dra. Ana de Jesus que fez a seguinte intervenção: Boa tarde, duas coisas muito rápidas. A primeira, prende-se com o facto de que quando vinha para cá por mero acaso encontrei um membro do júri do concurso Agostinho Gomes, do qual eu também fiz parte até à última edição, e estávamos em conversa a falar sobre poesia e eu comentei que provavelmente iria haver alterações ao júri, a pessoa que representava a Junta de Freguesia iria ser alterada e foi-me dito que, segundo essa pessoa sabia, o NAC tinha-se desvinculado deste concurso por dificuldades económicas. Eu não tive a oportunidade de confirmar isso, mas eu espero, Senhor Presidente, que se faça um esforço aqui para que isso não aconteça, no sentido de ajudar-nos o clube, porque afinal o fundador é o NAC, a ideia surgiu do NAC e acho que a parceria faz sentido a três e não a dois. Portanto, se realmente isso*

se concretiza, durante o dia não tenho oportunidade de falar com o Presidente, mas farei questão de lhe ligar, mas se tal acontecer espero que a Câmara faça um esforço para que o NAC permaneça, porque afinal as Noites Quentes de Inverno começaram com o Prof. Agostinho Gomes a declamar poesia, portanto seria uma grande perda perdermos este parceiro. A segunda questão, prende-se com um muro que estão a fazer ali na zona de S. Roque, no corte de quem vai para Bustelo, que está a suscitar em toda a gente muita surpresa e considerando que me falaram nisso eu fui lá dar uma vista de olhos e efetivamente não sei o que é que se está ali a passar. O muro a determinado momento é interrompido, porque existe ali um placard a dar indicação, que para todos os efeitos está para lá do muro. Não tenho acesso, ou não tive acesso, nem oportunidade de consultar o processo da expropriação daqueles terrenos para aquela variante, mas parece-me que não é normal a Câmara Municipal quando compra terrenos para fazer uma variante daquelas, o terreno comprado ou expropriado fique exatamente no limite do fim da via, normalmente há sempre ali uma zona de proteção que a Câmara compra a mais para um lado e para o outro. A verdade é que o muro está exatamente em cima da divisória da estrada com o terreno particular, está para cá do sítio onde está indicado a dizer que é Bustelo/ S. Roque, essas indicações. Claro que eu já em termos de planeamento nem faço comentários sobre isso, porque estamos a impedir a continuidade de um passeio no sentido das pessoas transitarem ali num passeio, acabou essa possibilidade. Por isso, independentemente de termos ou não comprado o terreno, parece-me que seria de bom senso nós aproveitarmos estas estradas em que ainda há possibilidade de criamos passeios para darmos qualidade de vida às pessoas, que podem andar ali a fazer caminhada. Independentemente disso penso que se calhar a Câmara poderá aqui confirmar o terreno que comprou, que não me parece que a Câmara não tenha comprado uma margem de três ou quatro metros para além da via. Se o particular está a ocupar domínio público convinha que o chamássemos à atenção desse pormenor. Posteriormente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Helder Simões que disse: Senhor Presidente, três ou quatro questões, uma delas tem a ver com as respostas aos requerimentos, saber se ao fim de um mês já existe alguma resposta para o efeito. Uma outra questão, tem a ver também com uma questão sobre o cruzamento de Carro Quebrado que eu já coloquei aqui há uns tempos, o Senhor Presidente ficou de pedir aos técnicos que analisassem, saber se efetivamente existia ali alguma solução para este cruzamento na zona de Pindelo. Gostava também de saber, Senhor Presidente, se estará para breve a entrada em funcionamento da Escola Superior Aveiro/ Norte na Quinta do Comandante e saber se a Câmara tem alguma perspetiva de requalificar os acessos àquela zona, desde iluminação pública, colocar passeios que foram danificados, foram abertas várias valas pelo que convinha repor e requalificar aquele espaço que vai ser uma zona de muito trânsito, mesmo até os raios daquele via estão bastante danificados. Se calhar convinha, da perspetiva da imagem que queremos dar a todos os utilizadores daquele espaço, uma requalificação do mesmo. E gostava de saber, Senhor Presidente, também o que é que justificou e recebi inumeradíssimas chamadas sobre esse assunto, uma alteração na faturação da água no município de Oliveira de Azeméis que levou a

que nos últimos três meses não fossem faturados meses completos, em dois dos meses foram faturadas apenas três semanas o que origina em que três meses haja um encurtamento em quinze dias, sendo que o município fatura na mesma a mensalidade pela totalidade. Portanto, não faz muito sentido que assim seja e as pessoas acabaram por ter que pagar em quinze dias, no mesmo mês duas faturas da água, o que se calhar para muitas pessoas não faz diferença, para outras as coisas já não serão bem assim e para empresas que tenham pagamentos de água muito significativos as coisas podem ser do ponto de vista de tesouraria problemáticas. Portanto, se a Câmara só está a faturar três semanas de água deve cobrar proporcionalmente essas questões e se há alguma questão que transcende e que justifique isto faria sentido que isto fosse indicado na própria fatura, o que se calhar evitava muitas questões. Eu não quero acreditar que a Câmara Municipal vá cobrar mais do que aquilo que tem que cobrar, mas se está a cobrar um mês completo faria sentido que fizesse os devidos acertos proporcionais. Gostava de saber se há alguma explicação para isso e que fizessem esses devidos acertos e comunicações aos munícipes. No uso da palavra a Vereadora Dra. Gracinda Leal fez a seguinte intervenção: Boa tarde, eu queria aqui realçar alguns acontecimentos que aconteceram aqui no nosso município, começando no dia 08 de fevereiro com a presença do Senhor Secretário de Estado Dr. Francisco Branquinho que se deslocou a S. Martinho da Gândara para inaugurar a requalificação da cozinha da IPSS da Obra Social de S. Martinho da Gândara, bem como estar presente também na bênção do minibus. Quer a requalificação, quer o autocarro foram resultado de uma candidatura do Obra Social à ADRITEM, portanto, é sempre de reconhecer a presença de um Membro do Governo no nosso Município. Queria também aqui referir a apresentação de um livro infanto-juvenil na nossa Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, da autoria de um Oliveirense, o Henrique Pereira, já não é o primeiro livro, mas este com a ajuda da ilustradora Alexandra Gonçalves, é sempre meritório os autores que se dedicam também a esta faixa de público, às crianças e aos jovens e eu acho que o Henrique Pereira está nesse bom caminho. Uma outra iniciativa, desta vez das nossas IPSS, que quiseram assinalar o Dia dos Namorados com uma atividade que denominaram de “O Cupido saiu à Rua”, mas que por causa das condições climáticas ele não pôde mesmo sair à rua, ficou no Lar S. Miguel, onde se deslocaram muitas pessoas idosas que frequentam algumas das nossas IPSS, numa tarde de convívio muito agradável e sempre muito importante para essas pessoas. Queria também aqui deixar uma nota de apreço e de regozijo pelo 10.º aniversário do programa desportivo “Viver Melhor” da autarquia oliveirense. Este programa desportivo destinado aos maiores de 60 anos e que desde 2004 tem vindo a crescer. Começamos em 2004 com dezoito turmas, este ano estamos com 33 turmas e sempre com possibilidade de crescimento haja também outros cursos e melhores condições. Esse aniversário foi assinalado com um masterclass no pavilhão municipal António Costeira, onde se juntaram mais de quatrocentos idosos e idosas para fazerem realmente uma aula gigante, uma aula coletiva de atividade física. Queria agora referir que brevemente iniciar-se-á o Ciclo da Primavera, está agendado para o primeiro dia do mês de março o concerto de música pelo artista José Cid que está a comemorar os seus quarenta anos

de carreira e raros são os artistas que durante quarenta anos estão no topo do panorama musical e nós temos um artista português com esta pedalada e é sempre de referir que faz parte do nosso cartaz da primavera. Já agora informo também que o segundo espetáculo do Ciclo da Primavera é um teatro de revista “Zé Bate o Pé” que será realizado no dia 05 de abril e terminará a 03 de maio com o Quim Roscas e o Zé Estacionâncio, com um stand-up comedy que penso que será também do agrado da população oliveirense e não só. Era isto que tinha para dizer. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Manuel Alberto Pereira que disse: Era só para falar em duas questões muito simples. A primeira delas, tem a ver com a Casa Museu Senhor Presidente. Na última reunião fiquei com a convicção de que nesta reunião iríamos apreciar uma eventual proposta de apoio, uma vez que não veio gostava de saber exatamente em que situação é que está, uma vez que continua a chover, infelizmente, e a chover dentro da Casa Museu. Esta situação é preocupante para uma instituição que tem um espólio significativo e que o convinha preservar. Uma segunda situação, tem a ver com uma questão que é também igualmente preocupante e o Senhor Presidente uma vez que esteve hoje numa reunião pode ser até que nos traga alguma informação. Em setembro do ano passado tivemos a abertura do ano escolar, tivemos aqui o Senhor Primeiro-Ministro e o Senhor Secretário de Estado, e na altura o Senhor Presidente fez uma pergunta em público e não teve resposta em público, é um facto. Não sei se teve em privado, como nunca referiu isso pelo menos que tenha conhecimento. Perguntou quando é que teríamos então a conclusão das obras da Escola Soares de Basto, do Agrupamento Soares Basto/ Bento Carqueja ao Senhor Primeiro-Ministro. Na altura não respondeu, não sei se respondeu em privado, mas em público não nos deu essa resposta. Senhor Presidente, passaram-se vários meses, estamos já há mais de um ano com as obras praticamente paradas, é uma obra importantíssima, aliás reconhecida na altura por todos os Oliveirenses, pelo menos eu recordo-me por todos os responsáveis políticos e não só, como obra importante para a reorganização do nosso parque escolar, particularmente no centro da cidade, uma vez que temos condições que não são satisfatórias nalguns aspetos. É óbvio que houve ali já obras que foram feitas, mas a obra não está concluída, particularmente a nível daquilo que diz respeito às instalações antigas, portanto, da Bento Carqueja e também do edifício antigo da Soares de Basto e também temos o Centro Escolar que não está concluído. Senhor Presidente, se fosse possível saber exatamente em que pé é que estamos e o que é que nós precisamos de fazer, Oliveirenses, porque é um problema naturalmente para todos os Oliveirenses, no sentido de concluirmos uma obra sob pena de ser mais caro ainda de fazer a conclusão dessa obra, digamos, no futuro. Há investimentos que não são custo, são investimentos importantes e esse é para nós naturalmente um investimento de relevo significativo. Se fosse possível dar uma informação adicional agradeço. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Eng.º Joaquim Jorge que disse: Boa tarde a todos. Senhor Presidente, eu começaria por duas observações que foram feitas pela Vereadora Gracinda Leal, uma delas sobre o Ciclo da Primavera e gostaria basicamente de comentar a caixa de uma peça jornalística que fez a cobertura da conferência de imprensa sobre o Ciclo da Primavera. E essa

caixa é uma caixa lateral que diz que o “autarca Hermínio Loureiro deixa claro”. Bom, o autarca Joaquim Jorge também quer deixar aqui mais claro ainda aquilo que aqui foi dito pelo autarca Hermínio Loureiro e basicamente para dizer o seguinte: esta é uma reunião pública, está aqui inclusive a comunicação social presente e está o órgão de comunicação social onde foi publicada esta caixa. E aqui é dito que o que se procura é esclarecer com rigor pelo Senhor Presidente da Câmara uma verba referente à cultura e cito o que é que foi dito: “O município alocou mais de 20% do orçamento total à cultura” e sublinho orçamento total. Refere ainda com uma total falta de rigor, Senhor Presidente, e volto a citar “isto é para o ano em curso o investimento nesta área que ronda os € 800.000 (oitocentos mil euros)”. Senhor Presidente, como devia saber 20% do orçamento atual da autarquia não são os € 800.000 (oitocentos mil euros), são oito milhões de euros e, portanto, a verba que referiu de os € 800.000 (oitocentos mil euros) são apenas 2% do orçamento e não os 20% que refere nessa caixa. Portanto, em nome do rigor, nós devemos informar os Oliveirenses e até seria interessante que a comunicação social publicasse esta correção, porque à semelhança do que aconteceu com a verba de € 18.000 (dezoito mil euros) também aqui não houve nenhum desmentido para este facto. Uma outra consideração que eu gostaria de fazer sobre também o que foi dito pela Vereadora Gracinda Leal, que eu subscrevo, obviamente que reconheço a importância da vinda de Membros do Governo ao nosso concelho e de figuras destacadas do panorama político nacional, seja ele em que área for, mas gostaria de deixar no caso concreto dessa visita e a Senhora Vereadora já deu aqui a explicação do que originou a visita e, portanto, das iniciativas promovidas pela Obra Social que levaram à visita do Senhor Secretário de Estado, mas gostaria de deixar aqui uma preocupação porque efetivamente o Senhor Secretário de Estado foi daqui com as orelhas quentes e o responsável pela Direção da Obra Social de S. Martinho da Gândara disse de forma muito clara no seu discurso, falou e alertou o governante para o facto de a instituição estar a passar por sérias dificuldades pelo facto dos atrasos no pagamento do Instituto da Segurança Social. Ora, esta instituição assumiu o papel que outras recusaram, que foi o papel de ser a entidade gestora do Contrato Local de Desenvolvimento Social e é absolutamente lamentável que a tutela esteja a colocar em risco o normal funcionamento desta instituição, por não estar a cumprir as suas obrigações. Portanto, Senhor Presidente, os Vereadores do Partido Socialista pedem que acompanhe com proximidade este caso, apesar das garantias que foram dadas logo pelo Senhor Secretário de Estado, que assumiu que iria ser resolvido rapidamente, até porque parece que ele ficou profundamente desagradado com esta situação, que é compreensível. Bom, duas ou três notas muito breves. Uma delas, de regozijo pela conquista da Taça de Aveiro de Futsal Feminino, pelo Futsal Feminino de Ossela, que já nos habitua a este tipo de feitos, a este tipo de resultados. Uma nota também, sublinhar aqui a classificação da Quinta da Costeira como monumento de interesse público. Obviamente que isto é motivo de orgulho para a comunidade Carregosense, é motivo de orgulho também para todos os Oliveirenses e é ao mesmo tempo um contributo importante para a sua promoção turística, para a sua valorização e uma responsabilização da comunidade, do próprio Estado e da própria autarquia para a sua

preservação. Uma outra nota, Senhor Presidente, tem a ver com algo que foi dito aqui pela Vereadora Dra. Ana de Jesus e tem a ver com o NAC. O NAC presenteou-nos com mais alguns feitos distritais na área do lançamento do peso. Senhor Presidente, o que eu lhe peço é que reconheçamos o papel desta importante coletividade desportiva, honrando os compromissos assumidos com ela e, portanto, eu pergunto Senhor Presidente se já lhe pagamos aquilo com que nos tínhamos comprometido a pagar, e se não o fizemos sublinho e reforço também que o façamos o mais rapidamente possível porque obviamente já passou tempo demais. Senhor Presidente, mais uma nota que eu queria aqui deixar, tem a ver com alguns pedidos que já lhe vamos fazendo a umas semanas a esta parte, há algumas reuniões a esta parte para ser mais rigoroso: o tal visto do Tribunal de Contas sobre a concessão da rede de água e saneamento; a listagem das entidades a quem a autarquia paga água e/ ou luz e quais os montantes envolvidos; o resultado do plano que está ser feito da reafectação dos funcionários pelas freguesias, porque já passaram alguns meses desde a tomada de posse e é no início do mandato que faz sentido fazer essa reafectação, para que as Juntas possam fazer o seu planeamento com base nos recursos humanos que lhes vão ser disponibilizados; também, Senhor Presidente, vai-me desculpar, o pagamento ao Clube Desportivo de Cucujães, gostaria de saber se já existe alguma luz ao fundo do túnel para que nós possamos ficar um pouco mais desafiados e também uma coisa que eu não sei se chegou a dar essa nota na última reunião, se chegou peço desculpa mas não me recordo, que era o resultado da reunião que o Dr. Pedro Marques ia ter com os comerciantes do mercado municipal, julgo que essa reunião se realizou, o que é que se passou, o que é que ficou decidido, como é que ficaram as coisas. Basicamente era só isto, Senhor Presidente, muito obrigado. Usando da palavra o Vereador Dr. Pedro Marques disse: Muito boa tarde a todos. Já um bocadinho em consequência congratular-me pelo feito referido pelo Vereador Joaquim Jorge, relativamente ao Futsal Feminino de Ossela, que mais uma vez nos traz o título de campeã da Taça de Aveiro, que é sempre bastante satisfatório numa modalidade que precisa e é por nós acarinhada. E salientar e requerer um voto de louvor ao José Pinho, do NAC, por mais um título de campeão nacional, e não distrital, Campeão Nacional de Juniores no Lançamento do Peso, era a última oportunidade que ele tinha para ser tricampeão de juniores, conseguiu, é um jovem que merece todo o nosso caminho e que tem dado muitos títulos nacionais neste escalão de juniores, ganhou tudo o que havia para ganhar e acho que de facto chegou o momento em que nós temos que reconhecer tudo isso, que de alguma forma nos dá prazer e é por isso que de facto Oliveira de Azeméis é Desporto. O Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro prestou os esclarecimentos solicitados: Vou procurar dar aqui as explicações, aquelas que são possíveis de dar. Também dar-vos uma informação, falaremos também em mais pormenor em próximas reuniões, só agora dar nota e pedir a compreensão dos Senhores Vereadores que muito provavelmente durante a próxima semana teremos uma reunião extraordinária para tratarmos dos assuntos relacionados com água e uma das questões que também se coloca é essa da faturação da água, do ajustamento da faturação e talvez quando vir as propostas que nós estamos a preparar para trazer à reunião de Câmara facilmente se

percebem alguns ajustamentos que se estão a fazer agora. Na próxima reunião o tema será basicamente a água e possivelmente, para responder também ao Eng.º Joaquim Jorge, alguns destes subsídios que aqui solicitou para cumprirmos ainda durante este mês de fevereiro, porque efetivamente há situações em que estão a fazer falta e foram compromissos assumidos e queremos naturalmente cumprir-los. Ainda a título informativo dizer-vos e era isso que eu queria também transmitir, nós falaremos depois sobre essa matéria numa próxima reunião, mas só para dar nota que a Câmara Municipal vai levar a efeito, em conjunto com o seu movimento associativo, um momento muito interessante, se calhar o ponto alto do ponto de vista cultural do Município de Oliveira de Azeméis, a XVIII Edição do Mercado à Moda Antiga, que se vai realizar no fim-de-semana de 17 e 18 de maio. Vão ter de ser feitos alguns ajustamentos tendo em conta a indisponibilidade manifestada pelos organizadores, o Néelson Costa e a Ana Nadais, por razões profissionais, fruto das próprias vidas, da dinâmica das próprias vidas, não manifestaram essa disponibilidade e, portanto, nós iremos assumir a realização do evento e eu queria deixar aqui em reunião de Câmara um voto de louvor, um agradecimento ao GRAC e à Ana Nadais e ao Néelson Costa enquanto promotores e impulsionadores durante muitos anos deste momento cultural de grande dimensão para o município de Oliveira de Azeméis e vamos procurar naturalmente honrar esse passado e fazer pelo menos tão bem ou melhor do que aquilo que vinha a ser feito. A Dra. Ana de Jesus falou no Prémio Agostinho Gomes e na questão do NAC, eu próprio já tinha mandatado a Senhora Vereadora Gracinda Leal no sentido de falar com o Presidente da Direção do NAC, aliás ele já teve uma conversa com a Senhora Vereadora e a Senhora Vereadora vai agora em tempo útil falar com eles para se manter registada a normalidade, como disse e bem, deste grande prémio que existe e bem e que foi impulsionado pelo NAC. Também não faz grande sentido nós organizarmos este prémio sem o NAC, as “instruções” que eu dei à Senhora Vereadora foi no sentido de manter o registo, falar com o NAC, assegurar o normal e bom funcionamento desta matéria, para que não haja nenhuma situação e, portanto, eu espero voltar a vê-la no júri do concurso. Quanto ao muro, eu tomei boa nota do que disse, eu já tinha sido alertado pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque. O Senhor Amaro Simões já me tinha alertado para a situação do muro, eu próprio já lá passei, tinha de lá passar no domingo quando caiu o aterro por detrás do cemitério e também passei ali apesar de estar a chover muito, acho que é preciso ver o que é que se está ali a passar, eu já tinha pedido ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares para ver isso e ele vai ver e vai-nos transmitir, vai-nos dizer o que é que estiver mal feito, o que tem que ser repostado e tem que ser bem feito, eu espero que tudo decorra como nós queremos. Ao Vereador Helder Simões, quanto à questão dos requerimentos, dizer-lhe que eu já tenho três prontos, mas julgo que eram cinco, se calhar vou mandar os três em vez de mandar os cinco, porque dois precisam de mais pesquisa. Quanto à questão de Carro Quebrado ainda não me chegou nada, já pedi informação. Quanto à requalificação da entrada do acesso ao Parque do Cercal, eu tenho uma reunião com o Prof. Martinho Oliveira quarta-feira, dia 26, estamos a ultimar toda a transferência, a Universidade tem-nos pedido muita ajuda, nem sempre é fácil, há meios logísticos complicados,

há máquinas de grande porte para transportar que é preciso ter cuidado, há uma série de coisas que também não pode ser transportado assim de qualquer maneira porque depois pode-se estragar, temos feito esse trabalho com a Universidade. Nós temos já contratado a colocação de iluminação pública pelo menos da rotunda da Lomba do Rufino até à entrada, mas ainda não está colocada, mas já foi paga à EDP, se calhar temos de pôr uma cunha à EDP para despachar esta situação. E temos também feito enorme pressão e eu aproveito uma vez mais para a fazer, Senhor Vereador Dr. Pedro Marques, tem a ver com a questão do TUAZ para que o TUAZ faça carreira para aquela zona, porque também é importante a acessibilidade em termos de transportes públicos. Quanto à questão da água fica para a semana, para essa reunião onde iremos discutir bastantes coisas relativamente à questão da água. O Senhor Vereador Manuel Alberto falou na questão da Casa Museu, portanto, nós ainda não disponibilizamos o subsídio, ou seja, não materializamos o subsídio, mas eu vou pedir ao Senhor Vice-Presidente para até amanhã chamar o Senhor Manuel Carlos para com ele vermos esta situação. Isto tem que ser tecnicamente acompanhado por alguém até para darmos um bocadinho “mais de pressão”, mas eu peço ao Dr. Ricardo Tavares para que amanhã vá falar com o Senhor Manuel Carlos para tentarmos minorar os impactos, mas tem sido impossível porque não pára de chover e não se consegue resolver. Já agora para vos dizer também que eu convoquei os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia para uma reunião segunda-feira ao final da tarde para podermos decidir um plano de intervenção de estradas, para podermos à frente uns dos outros fazer o plano de intervenção, atribuir materiais, para ninguém ficar com a percepção de que uns foram mais privilegiados do que outros. O Senhor Vereador Manuel Alberto colocou oportunamente, na minha opinião, esta questão da Parque Escolar, deixe-me dizer-lhe que ainda não tenho nenhuma resposta que me agrada, a resposta que me agrada é que a Parque Escolar mande acabar a escola. Posso-lhe dizer que nestes tempos de tempestade nós oficiamos à Parque Escolar, porque tem uma grua de grande porte dentro da escola e como sabem nós tivemos situações de alerta vermelho e uma das recomendações que nos é feita é “cuidado com as gruas e onde é que elas estão”, a grua ainda lá está, a intenção mantém-se como é evidente de recuperar a escola. Agora deixe-me dizer-lhe, Senhor Vereador, que nós temos ao longo desta ano, desde essa altura até agora, temos feito um conjunto significativo de intervenções dentro da escola que não é da nossa responsabilidade mas que damos sempre conhecimento à Parque Escolar. Estamos a fazer benfeitorias, mas é para depois não dizerem “os senhores estão a mexer em coisas que não são vossas”. Dou-lhe o exemplo do alcatroamento da ligação de uma escola à outra, em que os alunos, os professores e os funcionários molhavam-se todos, sujavam os pés porque era só lama, nós colocamos tapete, betuminoso, na ligação de uma escola à outra que veio de alguma forma minorar os impactos negativos. Estamos neste momento com uma intervenção, como imaginam já não conseguimos esperar mais tempo, começava a ser até perigoso, já foi falado aqui por um cidadão, o Prof. Leonel Martins, que tinha a ver com o fecho da escola, a parte de trás da vedação da escola. É evidente que não estando aquilo terminado, a obra da Parque Escolar terminada, nós vamos fazer uma coisa que depois não sabemos se vai

ser definitiva, mas também já chega de estar aquilo a desafiar a ousadia dos miúdos, porque às vezes há buracos na rede e faz com que os miúdos tenham a tentação de furar, se o muro é baixo têm a tentação de saltar e nós estamos ali a proceder à vedação daquilo e também não é responsabilidade nossa mas queremos fazê-lo. Mesmo outras intervenções que já foram feitas, a nível arbóreo dentro da escola, estamos ali a procurar minorar. Posso-lhe dizer, Senhor Vereador, e isto não o digo com agrado, mas posso dizer que a escola nova, que não está concluída, já tem hoje sinais preocupantes de degradação, ou seja, de coisas que precisam de ser já melhoradas rapidamente. Agora nós não podemos lá intervir, nem nós, nem a escola. Aquilo que nós temos vindo a pedir, ao Ministro da Educação, fizemo-lo publicamente ao Senhor Primeiro-Ministro e fizemo-lo à Parque Escolar, é que rapidamente nos digam quando vão recomeçar as obras, o último compromisso público que tínhamos era setembro, que já lá vai, já estamos em fevereiro. Eu tinha uma data mesmo de setembro que as obras recomeçavam, não começaram, eu penso que tem a ver com estas coisas da Troika, das despesas e destas verbas afetas à Parque Escolar. Senhor Vereador, agradeço-lhe a questão e acho que devemos todos fazer o que está ao nosso alcance para minorar o impacto que aquilo tem, o impacto visual, está no centro da cidade e não deixa de ser uma coisa que nos preocupa. Quanto às questões que o Vereador Eng.º Joaquim Jorge colocou, dar-lhe nota que aquilo foi dito na conferência de imprensa da apresentação do Ciclo da Primavera, foi em conversa com a apresentação do cartaz e foi dito que o valor do orçamento da cultura para o Município de Oliveira de Azeméis rondava os € 800.000 (oitocentos mil euros) e isso acho que o Senhor Vereador não duvida, não estou aqui preparado para lhe dar esses números, mas posso-lhe trazer numa próxima reunião, não estou a dizer que o que está aí não foi dito. Senhor Vereador, pode ter sido um lapso, um erro de simpatia, é o mesmo erro de simpatia que se calhar o Senhor Vereador Helder Simões teve com os € 18.000 (dezoito mil euros). O que importante é que o orçamento da cultura é de € 800.000 (oitocentos mil euros) e é muito bom, deixe-me dizer-lhe que nos tempos que correm, é muito bom. Como imagina não vinha preparado para o fazer hoje, não tenho aqui o orçamento, não venho artilhado de computadores como os senhores para poder fazer isso. Quanto à questão da Obra Social de S. Martinho da Gândara dizer o seguinte: Senhor Vereador, ainda bem que os dirigentes das nossas IPSS têm a capacidade e a frontalidade de colocar os problemas olhos nos olhos aos nossos governantes, ainda bem que assim é, eu aprecio essas situações. Nós hoje vamos aprovar, espero eu, também um contrato com a Obra Social de S. Martinho da Gândara que é nosso compromisso também de uma das partes, naturalmente. Deixe-me dizer-lhe, Senhor Vereador, que nós temos outras situações preocupantes em termos de IPSS no nosso concelho, muito preocupantes. Posso-lhe dizer que o Senhor Presidente e a Vereadora da Ação Social acompanham permanentemente esta situação, posso-lhe dizer que neste momento estou muito preocupado com aquilo que se passa no Centro Social Dra. Leonilda Aurora da Silva Matos e na Comissão de Melhoramentos Pró-Outeiro e tenho feito n reuniões, já fui várias vezes a Lisboa para tentar desbloquear esta situação, porque um dia destes temos aí um sobressalto qualquer muito complicado e depois andamos a correr

atrás do prejuízo. Já tivemos n reuniões em Aveiro, aliás semanalmente a Senhora Vereadora Gracinda Leal tem contatos, tivemos também alteração do Diretor Regional, o Dr. Santos Sousa conhecia isto como ninguém, agora chegou um novo e esperamos que rapidamente esteja por dentro das situações, porque vai ter que haver intervenção quer do Centro Regional de Segurança Social, quer do Fundo de Socorro a nível nacional da Segurança Social. Não há outra alternativa para que as duas associações continuem a prestar o serviço extraordinário que têm prestado. A questão do CLDS, deixe-me dizer-lhe que a questão do CLDS não é só uma questão da Obra Social de S. Martinho da Gândara, são de todos os CLDS que foram assinados naquele dia em Fátima. O que acontece é que tem a ver aqui uma questão que tem a ver com as transições dos saldos nos finais do ano e que é mau, porque as associações é que na pele sofrem com isto e às vezes até pode criar alguma dificuldade para o funcionamento futuro. Acho que este não é o caso, a coisa está controlada, a Obra Social de S. Martinho da Gândara é um exemplo de excelente gestão conforme os Senhores Vereadores terão oportunidade de ver, mas obviamente que também nos preocupam essas situações. O Senhor Secretário de Estado tomou boa nota, ouviu bem, levou umas prendinhas e tudo, portanto, espero que agora resolva o problema. Estamos a falar mas não sei se já chegou o dinheiro. Quanto à questão da Taça de Aveiro em Futsal, estamos completamente de acordo. Quanto à questão da visita ao mercado, Senhor Vereador Joaquim Jorge, a visita foi feita, vamos agora voltar a ir ao mercado, foi feita a visita, foi feito um levantamento das necessidades urgentes, muitas delas nós conhecemos, há lá situações complicadas, temos que fazer alguns ajustamentos dentro do mercado municipal. Eu peço ao Vereador Pedro Marques que prepare para trazer na próxima reunião o levantamento que está feito, o relatório da visita, sobre aquilo que é preciso fazer de imediato, aquilo que é preciso fazer a médio e longo prazo. Tomei também boa nota da questão da parte financeira dos pagamentos ao NAC e ao CDC, como a outras associações e, portanto, logo que também que seja possível o faremos. Senhor Vereador, na segunda-feira, eu também vou falar com os Senhores Presidentes de Junta sobre a reafecção de funcionários. Como sabem a Lei 75/2013 de 12 de setembro, nós até já cá tivemos o Secretário de Estado a falar sobre isso, a ANMP mandou-nos uma comunicação, nós já fizemos reuniões internas na Câmara Municipal, estamos a fazer uma recolha de dados de municípios com dimensão semelhante à nossa e o que eu lhe posso dizer é que nós vamos naturalmente fazer a transferência de competências para as Juntas de Freguesias e seremos absolutamente mais ambiciosos do que a Lei, dentro do princípio da legalidade naturalmente. Agora aquilo que se passou em Lisboa na reafecção dos funcionários e o que se está a passar noutras Câmaras, nós temos que olhar com atenção para não cometermos os mesmos erros e para termos as Juntas de Freguesia preparadas, porque eu também não quero um dia destes transferir recursos para as Juntas de Freguesia, transferir máquinas, transferir carros e não transferir os recursos humanos. No outro dia estava a dizer ao Presidente de Junta o seguinte: agora quando a Indáqua iniciar a concessão da água eu vou transferir um camião para uma das Juntas de Freguesia, o Presidente da Junta de Freguesia disse-me logo “Senhor Presidente, o camião e o motorista porque se não tiver motorista eu não

quero porque não tenho ninguém com carta de pesados”. Eu disse “vai o motorista também” e ele disse “e se o motorista não quiser ir”. Se estamos a transferir um camião, ou uma pick-up, ou uma máquina que esteja afeta ao serviço das águas e que possa servir uma Junta de Freguesia ou um conjunto de Juntas de Freguesia é uma coisa. O trabalho está a ser feito internamente, na segunda-feira a reunião também vai servir, para além das questões da “operação buracos”, para tratar da transferência de competências. Nós vamos trazer um plano de transferência de competências a esta reunião de Câmara mais ambicioso do que a Lei, que tenha recursos financeiros, recursos materiais, recursos humanos, meios, ou seja, para que as Juntas de Freguesia possam ter outros meios para desempenhar a sua nobre função. Eu sei e o Senhor Vereador tem razão quando diz que se deve fazer no início do mandato, é verdade, mas nós temos até ao dia 31 de março para fazer isso. A situação das transferências de funcionários foi colocado em causa pela inspetora no relatório, mas agora a Lei diz o contrário, a Lei deixa transferir, agora já estamos a ser suportados pela Lei, por muito ousados que estivéssemos a ser, agora temos o suporte da Lei n.º 75/2013, que ainda está numa fase de instalação e toda a gente já pede a revisão da Lei, porque tem ali coisas muito complicados, mas seguramente cumprindo o princípio da legalidade vamos ser ousados e eu espero que os pioneiros pela positiva na parte da descentralização e da transferência de competências para as Juntas de Freguesia. Só uma última nota para terminar o período de antes da ordem do dia, Senhor Vereador, só para lhe dizer que já tenho aqui o orçamento para a reparação em frente à Câmara Municipal, já tivemos aqui uma reunião acesa sobre a matéria. O orçamento aponta para cerca de sete mil euros mas tem de vir sol para se fazer esta intervenção. Já foi escolhido o empreiteiro, que foi o mesmo que fez a obra, há aqui algumas coisas que eles conhecem como foi feito para se resolver. Penso que também estamos de acordo com o voto de louvor ao atleta do NAC José Pinho. =====

===== **ORDEM DO DIA (ARTº 87º)** =====

===== **DESPACHOS PROFERIDOS AO ABRIGO DAS COMPETÊNCIAS DELEGADAS E/OU SUBDELEGADAS:** *Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 65º da Lei 169/99, de 18 de Setembro na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro o Senhor Presidente e os Vereadores com competências delegadas e/ou subdelegadas, informaram a Câmara Municipal dos despachos proferidos no âmbito daquele instituto, no período compreendido entre os dias seis e dezanove do corrente, despachos esses exarados nos documentos que integram os respetivos procedimentos administrativos e que constam das relações que ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. =====*

===== **APROVAÇÃO DE ATA:** *Retirado.* =====

===== EDUCAÇÃO =====

===== APROVAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO MUNICIPAL (PEM) DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS (I/13265/2014): Pelo Vereador Dr. Isidro Figueiredo, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O trabalho de elaboração do Projeto Educativo Municipal, desenvolvido entre novembro de 2012 e outubro de 2013 por uma equipa multidisciplinar, com a participação dos cinco agrupamentos de escolas do Município, tendo como coordenador científico o Prof. Valdemar Castro Almeida, da Universidade Católica do Porto; - Que este trabalho se encontra inserido na Área Metropolitana do Porto existindo um referencial de Projeto Educativo Metropolitano, tendo em vista a partilha e disseminação de boas práticas educativas; - Que este documento visa uma correlação das ações levadas a cabo no âmbito da educação no Município de Oliveira de Azeméis; - Que para a elaboração deste PEM foram auscultados vários parceiros e que se pretende que na sua operacionalização todos estejam envolvidos, tendo sido considerado um passo importante para o desenvolvimento educativo municipal e aprovado, por unanimidade, pelo Conselho Municipal de Educação a 22 de janeiro do corrente ano. Assim, propõe-se: A aprovação do PEM, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, para o período de quatro anos letivos, 2013-2017, devendo o mesmo ser remetido igualmente para aprovação pela Assembleia Municipal.” O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Isidro Figueiredo que fez a seguinte intervenção: Boa tarde a todos. O Projeto Educativo Municipal que aqui hoje é apresentado é o resultado de um trabalho realizado no âmbito Área Metropolitana Porto, em que foram desenvolvidos um conjunto de procedimentos para em todos os dezasseis, na altura, municípios tivessem dentro do prazo estipulado, cerca de um ano, prontos os seus projetos educativos municipais e com a colaboração técnica e científica da Universidade Católica, no caso de Oliveira de Azeméis acompanhada pelo Dr. Valdemar Castro de Almeida que acompanhou o processo de construção do projeto educativo municipal e que resultou também de uma comissão proveniente do Conselho Municipal de Educação e que resultou como eu dizia há pouco, neste documento que hoje aqui é apresentado para aprovação por este executivo municipal. Este documento é um documento extenso, tem uma parte que é fundamentalmente a caracterização do município sobretudo nas vertentes que interessam relativamente à área da educação, que nos trás alguns dados que sugerem alguma preocupação, pelo menos houve uma constatação de factos, nomeadamente, o envelhecimento da população, a diminuição da população escolar e também a baixa taxa de natalidade em comparação com a taxa de mortalidade que é bastante acentuada e que faz uma diferença muito grande relativamente à média nacional e até propriamente do Entre o Douro e Vouga. Portanto, tem muitos outros dados de reflexão, podíamos falar dos dados dos censos de 2001 para 2011 em termos de evolução da escolaridade dos nossos municípios mas também falar, por exemplo, da taxa de abandono escolar que é caso residual, é inferior a 1%, que resultam de medidas que foram sendo desenvolvidas e que hoje se manifestam também numa taxa de sucesso educativo muito

acima daquilo que é a média nacional, embora sejam dados preocupantes residualmente e pontualmente. Foi feita uma análise swat ao município que está expressa nas páginas 37 e 38, em que são referidos os pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças e com base nessa análise diagnóstica foi elaborado um plano de ação em que se definem sete linhas orientadoras para a concretização deste Projeto Educativo Municipal. Está prevista a sua atuação para quatro anos e atuará nas linhas orientadoras através, portanto, da sua execução, de um conjunto de atividades, envolvendo também e pela primeira vez os cinco agrupamentos de escolas, aliás os diretores das escolas estiveram envolvidos na equipa de trabalho, uns mais, outros menos, mas gostava de referir que em especial os diretores dos agrupamentos das Escolas Ferreira de Castro e Soares de Basto tiveram uma presença muito assídua e um contributo muito importante para a definição destas linhas orientadoras. Fica aqui realçada que as áreas de atuação são para o próximo quadriénio: a promoção do sucesso educativo; a prevenção do abandono precoce da educação, estou a falar já nas metas definidas no plano 2000 que estão na faixa etária dos 18 aos 24 anos, portanto, na continuidade para além da escolaridade obrigatória; a educação para a cidadania; a educação dos serviços educativos prestados pelo município às necessidades das famílias, portanto, é um processo que é permanente e contínuo, que os serviços educativos procurem dar resposta àquilo que são as necessidades das famílias de Oliveira de Azeméis; continuar com um processo que é contínuo, permanente e nunca estará completo porque o nosso parque escolar continua ainda com grandes necessidades, portanto, o processo de requalificação das infraestruturas escolares; também a promoção dos níveis da qualificação e de literacia da população através da execução de medidas de formação para a população adulta; e, ainda, o favorecimento entre os jovens e as empresas, nesta articulação com as entidades que conosco colaboram. Isto depois é executado em termos de plano de atividades como disse, em que estão definidos os objetivos específicos, metas, estratégicos e recursos a afetar ao decurso de atividades. Como disse o projeto não é estático, é dinâmico, que vai resultar sempre em cada ano num plano de atividades e sobretudo porque aquilo que é mais premente, de alguma forma inovador, é a incorporação de muitos projetos que estão hoje apenas na alçada da escola e que tem a colaboração do município, passem a ter uma articulação e um envolvimento de maneira a que não sejamos entidades de costas voltadas, mas em permanente diálogo e a procurar as melhores soluções para o sucesso dos nossos alunos, para o sucesso educativo do município de Oliveira de Azeméis. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Manuel Alberto que disse: Senhor Presidente, este é um documento de facto importante, é um documento que como o Dr. Isidro referiu surge no contexto regional, portanto, Área Metropolitana do Porto, enfim todos os municípios desta área metropolitana têm feito os seus projetos municipais ou estão a concluí-los eventualmente. Há aqui algumas considerações que gostava de fazer, embora não tenha honestamente feito um estudo exaustivo porque só tive acesso a este documento na segunda-feira e só me debrucei sobre este documento pouco tempo e, portanto, tudo aquilo que eu possa dizer pode ser também objeto de crítica, mas gostaria de fazer aqui algumas referências. Para já dizer

que é um documento muito importante como já referi, tem dados relevantes, mas a informação para o cidadão comum e, portanto, pondo-me na pele de um cidadão que não esteja muito envolvido nas questões da área da educação não é fácil o trabalho particularmente na questão da organização dos dados. Há muitos dados, os dados que de facto existem disponíveis são muito extensos, mas alguns deles poderiam estar mais atualizados, são de 2011, é evidente que isso tem a ver com os Censos, mas de facto nem sempre é fácil trabalhar com esses dados, mas hoje há ferramentas que podem ser usadas em colaboração com as escolas que têm uma formação vasta mas que está estrita a cada escola. Há ferramentas que podem fazer essa integração a nível concelhio e que podem facilmente trabalhar dados que no seu conjunto são importantes para nós depois definirmos as nossas políticas educativas e, portanto, penso que era importante que se desse esse passo neste concelho, no nosso concelho. Há aqui alguns dados que eu gostaria de comentar especificamente e que o Prof. Isidro também referiu. A variação da população residente é preocupante em algumas freguesias e esses diagnósticos são sempre importantes, porque nós temos de um modo geral em Portugal bons diagnósticos, diagnósticos razoáveis e que podem ser importantes para nós definirmos as políticas que seguimos, nós falhamos quase sempre, infelizmente, naquilo que é a estratégia da resolução e mesmo na aplicação dessa estratégia, que também por vezes é boa, ou seja, estes dados são importantes, mas conseguimos de facto fazer aqui algum trabalho capaz de inverter estas situações. A população residente, por exemplo, em freguesias como Ossela, S. Martinho da Gândara, Macieira de Sarnes baixaram mais de 13%, é evidente que isto não é diretamente relacionado com a educação, mas nós sabemos que há aqui uma componente muito importante por parte de quem se instala no concelho e de quem não tem ofertas para aquilo que necessita. Por exemplo, a taxa bruta de natalidade e tem a ver com casais jovens obviamente, com quem tem possibilidade de procriar, é 1,6% abaixo da média nacional, o que é curioso, porque na média nacional nós temos concelhos que são do interior que baixam bastante esta média e nós estamos abaixo 1,6% e estamos abaixo da Região do EDV 0,8%, significa que há aqui um trabalho muito importante. O nosso concelho está bem localizado e, portanto, é um concelho com potencialidades enormes e esta questão é uma questão que nos deve merecer muita atenção, porque nós temos necessidade de implementar aqui algumas políticas julgo eu, que sejam importantes para inverter esta tendência. Depois de facto é feito aqui uma análise, um diagnóstico importante que eu salientava, os pontos fortes dispense-me de os referir, gostava de focar-me nos pontos fracos, porque há aqui alguns que são importantes para depois sabermos o que é que devemos fazer. Um dos pontos fracos é a falta de condições físicas de alguns jardim-de-infância e escolas do 1.º ciclo, está aí no projeto, dificultando a implementação das AEC e da Componente de Apoio à Família. Ora bem, se nós temos um problema com a questão da diminuição da população residente, se temos um problema com a taxa de natalidade, obviamente que nós temos que apostar nesta área de uma forma firme e o ponto fraco está de facto aqui bem saliente. Depois temos a desigualdade de equipamentos e recursos nas escolas do 1.º ciclo, nós sabemos que há escolas muito boas, temos aqui escolas com condições ótimas

onde os pais procuram colocar os seus filhos, mas há outras escolas onde, francamente, nós temos tido dificuldade em ultrapassar os problemas que elas têm e alguns problemas, o Senhor Presidente e o Dr. Isidro sabem bem disso, conhecem bem o processo, já deviam estar resolvidos há muito tempo, não se justifica que continue a haver situações onde há perigo para crianças que são manifestamente ditos pelas Associações de Pais, dispenso-me de referir quais são. Essa prática da melhoria das condições dos espaços físicos é naturalmente muito importante, está aqui como ponto fraco. E a falta de equipas multidisciplinares nas escolas que são de facto um problema sério a falta de psicólogos, assistentes sociais, que possam fazer um trabalho cooperativo com as equipas pedagógicas e também encarar isso a nível municipal, porque é mais fácil uma equipa que trabalha e que cruza várias escolas do que uma equipa que trabalha só numa escola. Neste diagnóstico também se fala aqui de ameaças, só para referir aqui e depois passar à frente para a questão das propostas, há de facto poucos recursos financeiros para a concretização de algumas medidas preconizadas na carta educativa, portanto, o reconhecimento que temos de facto poucos recursos o que de certa forma se enquadra dentro daquilo que é a crise nacional, só que isso toda a gente sabe, se temos que manter investimento é na área da educação e da formação e de facto esta falta de recursos financeiros que é aqui dita que é uma ameaça de facto, nós temos que a transformar em qualquer coisa que seja possível de ultrapassar, porque sem isso obviamente que não se fazem omeletes sem ovos e nós temos que ter esses recursos financeiros e temos que os reconquistar e temos que os conquistar, naturalmente, junto de fundos comunitários, porque o país só aí poderia ir buscar os recursos necessários para implementar algumas medidas para ultrapassar estes problemas. Depois há a questão da queda acentuada dos alunos especialmente nos níveis do pré-escolar e do 1.º ciclo, obviamente se há falta de natalidade, se não há atratividade no concelho para fixar a população, esta queda é evidente que é acentuada. Propostas: há um conjunto de propostas vasto, sem dúvidas importantes, mas há aqui uma questão, Senhor Presidente, e é nesta questão que eu gostava que nos centrássemos um pouco é que há aqui uma proposta que diz o seguinte: há a questão da diminuição do número de alunos e diz “aumentar até 2017 a taxa real de pré-escolarização em um ponto percentual por ano letivo. Ora bem, são cerca de quinze alunos por cada ano letivo, basicamente estamos a falar de sessenta alunos, ou seja, estamos a falar eventualmente de duas salas de trinta alunos, fiz estas contas apressadamente. Portanto, acho que a ambição que temos para um período de quatro anos não é uma ambição forte face ao problema que existe, ou seja, ou nós conseguimos nestes quatro anos com recursos financeiros que naturalmente terão que ser externos ao município, fazer uma aposta clara em algumas infraestruturas e estou-me a lembrar concretamente no Centro Escolar de Lações de Cima, que não está aqui referido, para fixar a população, de algumas requalificações importantes em freguesias que estão mais afastadas e que permitam aos casais fixarem-se nessas zonas, ou então muito sinceramente não vejo forma de aquelas ameaças, aqueles problemas que estavam referidos no relatório serem vertidos. Parece, do meu ponto de vista, que um concelho que tem do ponto de vista para atrair a população, num concelho que

tem naturalmente um nível empresarial forte, não me parece que seja ambiciosa esta proposta. Gostaria de saber se é possível e em que contexto, esta proposta pode ser reformulada. Depois temos aqui ainda a implementação e a atualização do Plano de Intervenção Prioritária para melhorar as condições físicas do parque escolar e fala-se da dotação da equipa das escolas com um engenheiro civil e um eletricista, portanto, é o que está referido nesta proposta. Já agora eu sabia de saber qual é a equipa, quantos são os funcionários, porque estamos a falar de pessoas importantes, um eletricista para fazer trabalhos práticos e de um engenheiro civil para fazer um levantamento de situações que possam ser reparadas, mas é preciso muito mais gente para fazer reparações, mudar fechaduras, carpintaria, que muitas vezes emperra o funcionamento da escola do 1.º ciclo e pré-escolar que são importantes para a população que precisa desses equipamentos e, portanto, muitas queixas são a esse nível. Gostaria de saber de facto essa equipa está reforçada, se não é possível reforça-la com mais unidades, se é suficiente, não conheço honestamente, mas gostaria de saber qual é a composição dessa equipa. Uma última nota para o ensino superior: criação de incentivos à investigação; bolsas de investigação; estágios internacionais. É o que está em termos gerais e acho esta proposta muito interessante, só que eu acho, Senhor Presidente, nós discordamos disso, o Partido Socialista apresentou no mandato anterior uma proposta de criação de bolsas de estudo para estudantes do ensino superior e há concelhos que as mantém, na altura não foi aceite porque entendíamos que não era possível, havia até um parecer técnico-jurídico que não permitia isso, honestamente acho que nós devíamos dar incentivos aos nossos estudantes para estudar. Dentro da média nacional estamos abaixo daquilo que é a média nacional e precisamos de reforçar os alunos que frequentam o ensino superior no nosso concelho, os que tenham sucesso e particularmente para os que tenham dificuldades económicas para o fazer. Particularmente, já agora, eu não sei se isso é descabido, até inclusivamente valorizando os alunos do nosso concelho que também optem pela formação do ensino superior que está no nosso concelho. Eu não sei se isto faz sentido, uma vez que também se ganha alguma experiência saindo do concelho e também há mais custos, mas também porque não reforçar essa frequência por parte dos alunos. E de facto genericamente o documento é um documento bem elaborado, não sou digamos alguém com categoria para fazer uma avaliação de um documento que foi feito para muita gente, mas de qualquer maneira acho que há aqui questões que poderiam ser eventualmente ser um pouco mais ambiciosas já nesta fase, mas gostaria de saber se á outro tipo de explicações. O Senhor Presidente fez a seguinte intervenção: antes de dar a palavra ao Vereador Joaquim Jorge e à Vereadora Dra. Ana de Jesus, só dar duas notas e na sequência da intervenção do Dr. Manuel Alberto, deixo a parte mais específico e as questões mais específicas para o Vereador Isidro Figueiredo, mas deixe-me só dar-lhe só esta nota, porque são dados desta semana. Eu não confirmei, mas forma-me dados e eu tenho que os ter em boa nota. No Conselho da Comunidade da Saúde, esta semana, eu e a Senhora Vereadora na terça-feira, a Senhora Administradora do Centro Hospitalar do Entre o Douro e Vouga disse que o único município que cresceu em número de partos efetuados no Centro Hospitalar S. Sebastião, foi o município de Oliveira de

Azeméis, que cresceu 9,3%. Ela disse que em 2012 tinham nascido 289 crianças registadas em Oliveira de Azeméis e em 2013 tinham nascido 316, ou seja, cresceu 9,3%. Deixem-me dizer que este crescimento também me deixou surpreendido porque há uma redução significativa do número de partos efetuados no hospital, mas que o único município que tinha crescido tenha sido Oliveira de Azeméis. E já agora na reunião de hoje de manhã, onde estivemos a discutir a questão da estratégia e do acordo de parceria Portugal 2020, o Senhor Secretário de Estado começou a intervenção com a “guerra” que existe para a construção de escolas e estradas, porque Bruxelas recusa-se a apoiar que um país como Portugal continue a investir em escolas e estradas e o Senhor Secretário de Estado diz e bem que nós não podemos ser completamente cegos nesta matéria, porque é verdade que foi feito um grande investimento, é verdade que o país deu um salto muito grande mas ainda há zonas do país que estão muito mal servidas de escolas e também não pode agora Bruxelas dizer “acabou”, passamos dos oitenta para o zero, se calhar não podemos continuar no nível alto. Essa é uma matéria que ainda não está fechada das discussões que estão em cima da mesa. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Eng.º Joaquim Jorge que disse: Senhor Presidente, Bruxelas não conta concerteza com este Executivo para defender uma visão do país assente na mão-de-obra barata e da baixa escolaridade. Temos de trazer cá esses Senhores para verem que este país da caixa de cartão e do garrafão de vinho já é um país que não corresponde à nossa realidade. Senhor Presidente, notas breve sobre este Projeto Educativo Municipal. Nós sabemos que um concelho que potencia a educação, a formação e a qualificação dos seus munícipes é seguramente um concelho mais competitivo e a educação é um dos fatores de competitividade dos concelhos; sabemos também que essa competitividade é tanto maior quanto maior for o envolvimento da comunidade escolar, a proximidade da comunidade escolar e a comunidade local e vemos com agrado e registamos aqui os frutos positivos desta parceria com a Universidade Católica. Este Projeto Educativo Municipal complementa a Carta Educativa Municipal em termos de planeamento, porque aprofunda precisamente aquilo que eu disse, o envolvimento da comunidade na sua definição. Agora, em termos daquilo que foi aqui dito pelo Vereador Isidro Figueiredo e pelo Vereador Manuel Alberto Pereira, em termos daquilo que é o seu planeamento, as suas linhas orientadoras e as suas metas que se pretendem atingir, obviamente que os Vereadores do Partido Socialista não ficam satisfeitos com o facto de nesses objetivos, nessas metas, não estarem incluídos o Centro Escolar de Lações e o Centro Escolar de Fonte Joana. Isto, curiosamente, numa altura em que a autarquia está a investir no Centro Escolar de Ul que é a freguesia que mais população perde entre censos, na faixa etária dos 0 aos 14 anos e não investe precisamente na freguesia que menos perde, que é a freguesia de Oliveira de Azeméis. Portanto, isto é um aspeto que eu gostaria de deixar aqui perfeitamente sublinhado, teríamos de forma inequívoca, na nossa opinião, que investir nestes dois centros escolares, porque obviamente a fixação da população faz-se sempre através dos núcleos que têm mais respostas públicas, dos núcleos que oferecem aos jovens empresários, àqueles que querem iniciar o seu projeto de vida respostas com mais celeridade. Queria deixar só aqui esta nota de

reflexão ao Executivo porque me parece importante. O Senhor Presidente disse: Não se esqueça Senhor Vereador da nova reorganização administrativa, ou seja, Oliveira de Azeméis/ Ul/ Macinhata da Seixa/ Madail e Santiago de Riba-Ul. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora Dra. Ana de Jesus que disse: Só duas notas muito rapidamente quanto ao que o Prof. Isidro disse. Primeiro, prende-se com facto do nosso município ter um baixo abandono escolar, o que é de salientar, embora seja importante monitorizar uma nova realidade que começou recente que é a obrigatoriedade da escola até ao 12.º que tem trazido muitas dificuldades acrescidas e se nós até ao 9.º ano conseguimos porque são crianças mentalizá-los que têm que ir para a escola, a escola responder a algumas aspirações dos jovens nos quinze e dezasseis anos começa a ser muito complicado e nós pelo menos vemos isso em termos de comissão que são cada vez mais as dificuldades que as escolas estão a ter para responder e por muito que também tem contribuído o encerramento dos CEF e dessas coisas todas, ficamos muito reduzidos em termos de cursos vocacionais e que se calhar terá que se pensar muito seriamente nisso. Relativamente a outra coisa que disse, eu concordo com esta abertura da escola à comunidade, penso que realmente está na altura de se fazer isso e eu penso, por exemplo, numa vertente do desporto, é óbvio que o desporto escolar tem levado umas machadadas sucessivas ao longo dos anos, se calhar está na altura de pensarmos neste desporto escolar de outra forma, numa parceria verdadeira de uma agenda clara na área do desporto por parte da autarquia e envolvendo as coletividades. Hoje todos nós temos a noção que andar a criar novos espaços de prática desportiva é difícil, os tempos são difíceis e então se calhar os nossos parques desportivos têm que ser todos numa linha só, numa rede só, onde não podem ficar de fora os pavilhões das escolas e essa parceria tem que ser aberta, não faz sentido que uma coletividade pague a uma escola, eu percebo que a escola tem que rentabilizar os seus espaços, tem despesas com a luz e a água, mas se calhar trabalhando isto de forma de parceria onde a autarquia funciona aqui promovendo um lado, ajudando o outro, mas acho que na área do desporto esta parceria escola/ coletividades e autarquia seria uma área muito interessante onde podíamos dar essa abertura clara da escola, porque efetivamente o desporto escolar é importante e é desde pequenino que a gente promove a prática do desporto, disso não tenho dúvidas nenhuma e claramente pela escola que passam todos e se nós começamos a promover o desporto nessa idade concerteza que teremos um concelho mais saudável. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Isidro Figueiredo para prestar os devidos esclarecimentos: As intervenções sobre este documento parece que vão no sentido de que partilhamos todos uma preocupação comum: é a preocupação com a questão da educação. As opções são sempre discutíveis, mas acho que toda a gente percebeu, pela leitura deste documento, que há aqui um conjunto de aspetos que foram elencados, que foram percecionados, alguns até já poderão estar desatualizados, na medida em que é um documento começado a ser elaborado há dois anos, por isso é que eu disse que é um documento dinâmico e não estático. De qualquer maneira isto não é de maneira nenhuma, apesar de ter muitas folhas, uma bíblia que vai resolver os problemas de educação em Oliveira de Azeméis, nem em município nenhum do

país. No entanto, do meu ponto de vista, é um interessante documento de planeamento, de gestão, de gestão administrativa daquilo que queremos para o município de Oliveira de Azeméis, sendo certo que há aqui também algumas linhas de orientação que são claras e que nós temos que as seguir. Obviamente que eu teria sempre uma leitura diferente daquela que o Manuel Alberto fez relativamente à análise que aqui é feita de diagnóstico. Ele preferiu ir pelos pontos fracos e pelas ameaças, eu preferiria ir pelos pontos fortes e pelas oportunidades. Felizmente temos muitas questões das quais nos podemos orgulhar, muitas conquistas que fomos fazendo, de muitas melhorias que fomos implementando, mas também temos a consciência de que a área da educação é sempre um domínio onde há a fazer. E evidentemente que está aqui vincado nos pontos fortes de que a educação é assumida como prioridade pelo Executivo Municipal e esta é uma questão que absolutamente a todos nos une e que a todos nos vai continuar a conduzir na aposta que tem de ser feita na educação. Relativamente às condições físicas das escolas, obviamente que nós estamos a falar de oportunidades que se abrirem e isto responde ao mesmo tempo àquilo que disse o Vereador Joaquim Jorge e Manuel Alberto, tem a ver com o seguinte: nós estamos perante um documento da rede educativa, obviamente que está nos nossos planos, até já temos projeto que foi aprovado aqui por este executivo no mandato anterior relativamente ao Centro Escolar de Lações de Cima, junto à Escola Ferreira de Castro; temos previsto o reaproveitamento ou não de acordo com aquilo que for o volume de investimento no espaço que hoje existe um bloco na Soares de Basto para lá implementar um Centro Escolar congregador da parte central da cidade e ainda, e o Eng.º Joaquim Jorge esqueceu-se mas eu não me esqueço, da necessidade de um Centro Escolar em Cucujães, tão necessário quanto os dois que estão previstos para a cidade de Oliveira de Azeméis, agora é preciso saber também quais são as orientações em termos de financiamento, quais são as orientações de irmos aproveitar ainda o quadro comunitário que ainda aí vem, se nos permite ou não naturalmente aproveitar financiamento para podermos dar de dar facto resposta de qualidade para os Centros Escolares, para termos escolas mais equilibradas do ponto de vista das condições físicas que nós poderemos dar aos nossos alunos e é isso que nos preocupa. Relativamente à equipa das escolas e que acompanha e que vai acompanhando cerca de 160 escolas, que não é tão pouco quanto isso, que estão constantemente a ser solicitados porque há realmente necessidade de toda a ordem, ela é composta por cinco elementos, diversificados, um dos quais eletricista mas com contrato a terminar e, portanto, se ele sair vamos precisar de um eletricista e em simultâneo de um engenheiro civil obviamente para fazer aqui o planeamento em termos das reconstruções e reabilitações de alguns edifícios que estão a precisar e felizmente temos um arquiteto que está a colaborar, o Arq.º Rui Carinha que está de certa forma a gerir esta equipa e que vai procurando dar respostas, sendo certo que neste momento e perante a intempérie não são só as estradas que são danificadas, infelizmente também temos algumas escolas que têm problemas sérios, telhas que partiram e que se deslocaram. Portanto, é um esforço permanente de atuação naquilo que diz respeito aos espaços físicos e este esforço nunca estará concluído, é permanente, porque o nosso parque escolar é diversificado, não tem todo a

mesma qualidade, infelizmente, e por isso nós temos de ter permanente esta equipa a dar resposta, sendo certo também que há um trabalho que é complementar pelas Juntas de Freguesia e muito bem e algumas têm mais sensibilidade para esta questão e rapidamente também nos ajudam a complementar este serviço de apoio às escolas e eu também gostava de saudar para além das associações de pais como também já aqui foi referido. Relativamente à questão do desporto escolar, eu lembro também que nós temos um conjunto de protocolos com as escolas e com os agrupamentos de escolas para a disponibilização em horário pós-letivo, ou seja, das 18h30m às 21h e ao sábado de manhã que permite que associações e clubes de formação possam utilizar as instalações para aí desenvolverem as suas atividades ligadas ao desporto. Poderá ser melhorado, poderá ainda ser mais incentivado, concerteza que sim, estamos todos de acordo e acho que é uma aposta que é necessária relativamente ao incentivo e à prática desportiva no nosso município no âmbito das escolas e aproveitando as infraestruturas que lá estão e que podem e devem servir para a prática desportiva durante o período letivo e que possam servir os interesses da coletividade no período pós-letivo. Genericamente eu penso que eram estas as principais preocupações, eu sei que não respondi a tudo, mas de qualquer maneira eu acho que é um documento que está em aberto, é um documento que se vai concretizando naturalmente com aquilo que for as realidades que vão alterando e com a colaboração permanente dos nossos agrupamentos de escolas. Eu gostava de sublinhar isso porque estão a colaborar. O Senhor Presidente concedeu novamente o uso da palavra ao Vereador Dr. Manuel Alberto que disse: Senhor Presidente, só uma pequena nota sem me querer alongar porque já tudo foi dito, mas já agora que é um documento que é dinâmico, eu acho que não fica bem, até porque é conhecido por todos, que nós não o alteremos já neste sentido, quando ele for dado a conhecer. Eu acho que os centros escolares que estão programados devem fazer parte da proposta, só aparece a conclusão do Centro Escolar de Ul e parece-me de facto escasso face àquilo que nós podemos fazer que é incluí-los já, eu não estou a quer dizer que isso não esteja na perspetiva de os fazer mas é incluí-los já para fazer parte do documento que vai ser aprovado hoje, porque na proposta que está aí objetivamente fala do Centro Escolar de Ul que já está em andamento. Senhor Presidente disse: Acrescente-se o Centro Escolar de Lações e o Centro Escolar da Soares de Basto. Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **CULTURA, DESPORTO E TEMPOS-LIVRES** =====

===== **MANUEL RODRIGO TEIXEIRA DE PAIVA – CEDÊNCIA DO CINE-TEATRO CARACAS (I/13835/2014):** Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “De acordo com o disposto no art.º 7º do Regulamento de Funcionamento, Segurança e Utilização do Cine-Teatro Caracas, e considerando: - Que o espaço se encontra disponível na data requisitada; - Os fins artísticos, educacionais e de lazer da iniciativa; - A importância que este evento representa para a entidade requisitante e para as pessoas

envolvidas. Proponho: A cedência do Cine-Teatro Caracas a Manuel Rodrigo Teixeira de Paiva, com isenção de taxa de locação, no dia 10 de Maio de 2014.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. Mais foi deliberado aprovar a isenção da taxa de utilização. =====

===== **NORMA TRANSITÓRIA DE CEDÊNCIA E UTILIZAÇÃO DE ESPAÇOS DO CENTRO LÚDICO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS (I/87288/2013):** Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A necessidade de dotar o equipamento de normas que regulem a cedência dos espaços interiores e exteriores do Centro Lúdico; - Que é fundamental agilizar os procedimentos para essas cedências, que têm como objetivo enriquecer a oferta de atividades que este equipamento disponibiliza aos seus utilizadores, proponho: - A aprovação da presente Norma transitória de cedência e utilização dos espaços interiores e exteriores do Centro Lúdico de Oliveira de Azeméis, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. - A remessa para publicação no Boletim Municipal digital (art.º 118º, n.º 1 do CPA).” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **NORMA DE CEDÊNCIA E UTILIZAÇÃO DE ESPAÇOS DO ARQUIVO MUNICIPAL (I/13628/2014):** Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que a Câmara Municipal, em reunião de 12 de Fevereiro de 2013, aprovou a “Norma transitória de cedência e utilização de espaços do Arquivo Municipal” (I/8128/2013); - As variadas atividades que este equipamento disponibiliza aos seus utilizadores; - Que é fundamental agilizar os procedimentos para as cedências, adaptando a Norma à realidade atual, proponho: - A aprovação da alteração da “Norma transitória de cedência e utilização de espaços do Arquivo Municipal”, mais concretamente do n.º 2 e eliminação do n.º 3 da Minuta do Protocolo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; - A remessa para publicação no Boletim Municipal (art.º 118, n.º1 do C.P.A.).” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **MINUTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR COM O CENTRO DE LÍNGUAS DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS (I/15104/2014):** Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que a atividade do Centro de Línguas de Oliveira de Azeméis assume-se como de relevante interesse para este Município, porquanto tem vindo a contribuir de forma permanente e significativa para a promoção e difusão das línguas e fundamentalmente no desenvolvimento, formação e integração cultural da população; - O enquadramento atual e futuro da construção europeia e a importância da capacitação do cidadão europeu a nível linguístico, como essencial de todo o processo, por ser nele que radica a chave do sucesso do maior projeto de integração cultural e

social; - O teor do ofício do Centro de Línguas de Oliveira de Azeméis, pelo qual solicita comparticipação financeira do Município; - Que compete à Câmara Municipal no âmbito do apoio a atividades de interesse municipal, apoiar ou participar, pelos meios adequados, no apoio a atividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva recreativa ou outra (art.º 33.º n.º 1, alínea u) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro); - Os encargos resultantes do Protocolo estão suportados em termos orçamentais, possuindo compromisso de fundo disponível n.º 1026/2014, conforme determina a Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, proponho: - Nos termos e com os fundamentos expostos, a aprovação da minuta de Protocolo de Colaboração a celebrar com o Centro de Línguas de Oliveira de Azeméis, que estabelece a forma de cooperação entre as partes, no respeitante ao apoio para o desenvolvimento das atividades e projetos a prosseguir pela mesma, no ano de 2014, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.” No uso da palavra a Vereadora Dra. Gracinda Leal fez a seguinte intervenção: Esta proposta vem na sequência do pedido de apoio por parte do Centro de Línguas para a concretização do seu projeto educativo, para fazer face a despesas de funcionamento. Toda a gente sabe qual a missão deste estabelecimento de ensino, que tem a missão de preparar crianças jovens e adultos para os desafios da sociedade atual, proporcionando formação académica na área das línguas. Os documentos previsionais, penso que estavam em anexo, o Plano de Atividades e o Orçamento refletem o esforço da associação na dinamização das suas atividades e conseqüentemente também uma diminuição na comparticipação solicitada. Quer o Plano de Atividades, quer o Orçamento, foram elaborados com o realismo possível para que o seu funcionamento se mantenha e também assim se mantenha a reconhecida e elevada qualidade e rigor do serviço que presta. De uma forma geral no presente ano letivo 2013/2014 frequentam o Centro de Línguas 483 discentes, o que revela um aumento de 66 alunos relativamente ao ano anterior e que foi uma surpresa até para nós, dado o estado e contexto atual do momento. Quanto às atividades, já se levou a cabo neste ano letivo e está também previsto neste Orçamento, uma iniciativa que era a venda de manuais que correu positivamente e que será repetida no próximo ano letivo. Aumentou-se também, por outro lado, a oferta educativa com a inclusão do curso de Mandarim, bem como o acréscimo de cursos intensivos de aulas particulares e, brevemente, preparação para os exames do 9º ano. Estamos também a trabalhar para a certificação pelo Ministério da Educação. Relativamente à dinâmica, penso que muito resumidamente falei na nova dinâmica e no esforço que todos estão a fazer, até mesmo os próprios órgãos sociais têm reunido e dentro do possível também têm dado sugestões. Relativamente ao Orçamento, neste documento estão vertidos os custos e os rendimentos para 2014. Do lado dos Rendimentos, aparece a previsão feita também com cautela relativamente às inscrições e mensalidades, porque temos sempre este dilema que é o ano letivo começa em setembro e acaba em junho e o Orçamento é ano civil, portanto estamos sempre com o próximo ano letivo numa indefinição nunca sabemos se aumenta o número de alunos se não, daí que a previsão é feita, também é uma estimativa e o próprio orçamento é um documento previsional. Portanto, aparece a previsão relativa às inscrições aos cursos regulares, mas

*também aos cursos intensivos e outras modalidades de ensino, bem como a margem líquida da venda dos manuais e das quotas dos associados. Continuamos com o esforço no recrutamento de novos sócios e também de outros donativos, mas apesar desse esforço o valor ainda não é suficiente, porque os custos prendem-se além do funcionamento do Centro de Línguas, o funcionamento que engloba gastos com fornecimentos e serviços externos, mas também com pessoal e outros compromissos. Também dizer-vos que neste ano os aumentos com encargos com o pessoal, já sabem, aumentaram relativamente aos encargos com a entidade, passou de 21.8 para 22.3 e a tudo isto acrescentando também ao facto de o valor das nossas mensalidades, comparativamente com outras escolas, ser mais reduzido e o facto de só recebermos dez mensalidades num ano e termos encargos com o pessoal correspondentes a catorze meses torna ainda difícil alcançarmos este ano a autonomia para a qual estamos a trabalhar. Muito resumidamente era isto que eu vos queria dizer. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Helder Simões que disse: Senhor Presidente sobre esta questão do Centro de Línguas, já muito foi dito e sabemos claramente quais são as opiniões sobre esta matéria, mas não podia deixar de dizer aqui duas ou três linhas. A primeira, não obstante e termos aqui os documentos previsionais, mas eu gostava e deixava aqui este repto, a autarquia é o grande financiador desta instituição e por inerência Presidente da Direção e faria todo o sentido que não só tivéssemos conhecimento destes documentos previsionais, mas que tivéssemos conhecimento dos documentos finais de prestação de contas. E portanto faria todo o sentido que nós pudéssemos confrontar. A Vereadora Dra. Gracinda Leal disse: Ainda não foram aprovadas. O Vereador Helder Simões continuou a sua intervenção: Mas os anteriores também nunca foram do nosso conhecimento e estou a dizer para que daqui para a frente o possam ser. Não estou a dizer para serem aprovados aqui, porque não têm que ser aprovados, mas que fossem conhecimento do executivo e portanto acho que faria sentido. Esse era um dos pedidos. Depois, Senhor Presidente, obviamente que nós já estamos aqui a assumir que o Centro de Línguas vai ter um diferencial de 15.000,00€, porque se pede 90.000€ e a Câmara Municipal só aprova 75.000€, pode aqui já ter um défice de 15.000,00€, mas essa é uma situação com que o Centro de Línguas terá que resolver, porque a Câmara não é o Centro de Línguas. Mas também, deixar aqui claro que é meu entendimento e analisando todos aqueles que foram os protocolos anteriores e retirando este programa e esta análise dos anos críticos em que andamos a transferir 150.000,00€, entre outros valores, a média de anos anteriores andava e oscilava entre os 40.000,00€ e 45.000,00€. Portanto, o valor que hoje é aprovado pela Câmara de 75.000,00€, o diferencial de cerca de 35.000,00€ é o valor que está *ipsis verbis* no documento para pagamento de dívidas à Segurança Social. E, portanto, isto é a prova mais do que evidente que o Município está a pagar as dívidas à Segurança Social de uma instituição, que não o pode fazer segundo aquilo que é a legislação em vigor. Esta foi uma forma que o Município encontrou de contornar a legislação, fazer um protocolo desta matéria, porque está aqui, este documento prova-nos, a nós, que o Município o valor que está a pagar a mais, face ao que pagava antigamente, é canalizar valor para pagar dívidas ao fisco e à Segurança Social e segundo a*

legislação isso não é permitido. É o que se me apraz dizer sobre esta matéria. Não obstante todas as vicissitudes do Centro de Línguas, continuamos a insistir no erro que é pagar dívidas à Segurança Social quando não o podemos fazer. Portanto era o que tinha a dizer. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Eng.º Joaquim Jorge que disse: Efetivamente, este assunto é um assunto mais do que debatido aqui no executivo camarário. Uma primeira nota para o facto de este da ordem de trabalhos constava da ordem de trabalhos anterior, na ordem de trabalhos anterior não existia o plano de atividades, sendo certo que esse Plano de Atividades foi disponibilizado à autarquia em 20 de dezembro de 2013. E, portanto, essa é também uma recomendação que eu faço, no sentido de tudo o que seja subsídios a atribuir a entidades, venham sempre acompanhadas daquilo que são os seus orçamentos, seus planos de atividade, sobretudo quando os subsídios desta natureza e são muito mais do que meros subsídios de exploração. Senhora Vereadora, a primeira questão que eu coloco é a seguinte: A estrutura de custos, gastos e de receitas do Centro de Línguas, ao longo dos anos têm-se mantido praticamente inalterada. E, portanto, o que eu gostaria de saber é como é que se justificam os ditos subsídios que ao longo dos anos oscilem entre os 40.000,00€ e os 150.000,00€, para fazer face às despesas correntes. Gostaria que me explicasse objetivamente o que é que justifica esta oscilação, já que a estrutura de custos e a estrutura de receitas se mantêm praticamente inalteradas ao longo dos anos, excetuando esse diferencial de 0,5% que acabou de referir, que efetivamente onera, embora ligeiramente, a massa salarial do Centro de Línguas. Há aqui uma coisa que foi dita em relação àquilo que são os resultados, que julgo que seria de bom-tom serem apresentados pela instituição autarquia e nós também achamos, que dependendo o funcionamento destas entidades destes subsídios de exploração que são dados pela autarquia, que a autarquia exigisse, se quiserem, que as suas contas fossem auditadas por uma entidade externa. Eu julgo que faria sentido nós introduzirmos este mecanismo de controlo de subsídios, como estes são subsídios substanciais e vamos ver que subsídio a seguir também é substancial para a Academia de Música e, portanto, faria sentido, que nós, através de uma auditoria externa, percebêssemos como é que são gastos os recursos públicos que afetamos a estas instituições, para sabermos ao cêntimo se estes dinheiros estão ou não a serem bem aplicados e se estão ou não a produzir o serviço público que nós nas notas introdutórias entendemos, e bem, que este tipo de instituições devem atuar. Isto porquê? Porque nós temos, nomeadamente, no caso concreto desta instituição um histórico tumultuoso para não lhe chamar outra coisa e, portanto, nós devemos ter muito cuidado, quando transferimos grandes quantidades de dinheiro, grandes somas de dinheiro, sobretudo para instituições onde o dinheiro desaparece com muita facilidade, como aconteceu neste caso e todos nós nos lembramos disto e, portanto, digamos que nós temos de introduzir aqui mecanismos de controlo, mecanismos de rigor, percebendo eu, obviamente, que a Autarquia é uma coisa e o Centro de Línguas é outra. Eu gostaria só, porque nós muitas vezes temos alguma dificuldade em perceber quanto é que vale a nossa participação, sendo certo, como aqui já foi dito, o Centro de Línguas pediu 90.000,00€ e a Autarquia disponibiliza-se para participar com 75.000,00€, criando já

aqui um problema em termos orçamentais ao Centro de Línguas que terá de resolver este problema dos 15.000,00€, obviamente que não o fará caminhando para autonomia financeira, porque, Senhora Vereadora, o histórico ao longo dos anos desta instituição traduz tudo menos um caminho para uma a autonomia financeira. Nós temos uma instituição em que as receitas que não pagam sequer os 65% que custa a massa salarial desta instituição, 65% do orçamento é para a massa salarial e, portanto, a autonomia financeira, utilizando a expressão que se utiliza no ensino nesta instituição, “jamais”, mesmo com esse o aumento substancial dos subsídios. Eu gostaria só, porque gosto muito de fazer estes exercícios, dar aqui uma nota. O que é que nós fazemos com 75.000,00€ em termos de efetividade nestas coisas do ensino? Dá para financiar, estes 75.000,00€, ao vencimento de 900,00€ por mês, dá para financiar dois professores por língua a lecionar: Inglês; Francês; Alemão, Espanhol, ou seja, oito professores. Isto dá durante um período, obviamente vamos considerar que isto tem um período de dez meses, poderá funcionar durante todo o ano, mas vamos considerar dez meses, isto dá, ao preço de mercado, para financiar sete mil e quinhentas horas de línguas estrangeiras; isto dá para financiar setecentas e cinquenta horas por mês, durante dez meses, o que prática quer dizer trinta e cinco horas por dia, ou seja, nós com este 75.000,00€, a preço de mercado, conseguimos financiar oito horas por dia de ensino de língua estrangeira, em cada uma das línguas que ensinamos no Centro de Línguas. E nós percebemos isto. Isto é muito importante. Mas estamos a falar de 75.000,00€. Mas a massa salarial, não são 75.000,00€, são 175.000,00€. E, portanto, é bom que nós precisamos a realidade que nós temos e o que é que conseguimos com essa realidade. Porquê? Porque, esta explicação visa apenas dizer-vos aquilo que será espectável nós obtermos com os recursos públicos que afetamos para produzir um serviço público. E, portanto, é bom que percebamos que a dívida que foi gerada nesta instituição já saiu, está a sair e continua a sair dos bolsos dos oliveirenses. A entidade, como sabem, recebeu ilegalmente uma participação da autarquia, é agora obrigada a devolver esse dinheiro à autarquia, sabemos que foi concedido um prazo, acho eu de dez anos, para essa devolução com um período de carência para o poder fazer. Agora, é bom que nós percebamos que o está a acontecer é que a autarquia vai pagar 75.000,00€ para receber apenas os 18.600,00€ que também já tinha pago. É bom que percebamos isto, é bom que percebamos o que é que estamos aqui a fazer e já foi exatamente dito de uma forma absolutamente clara o que a Autarquia estava aqui fazer neste processo. Eu termino, dizendo que, isto é tudo menos uma gestão rigorosa, como disse a Senhora Vereadora, e uma gestão competente. Isto é um exemplo, entre muitos outros, de uma gestão incompetente que gera prejuízos aos oliveirenses e gera prejuízos objetivos. E, realmente, isto é um assunto de tal forma rebuscado, um assunto tão trágico, tão mau, que seria bom que nós, de uma forma tranquila, fizéssemos uma análise séria, de uma forma absolutamente desprendida, séria, razoável, sobre o papel que estas instituições realmente desempenham e se, realmente, aquilo que custam neste momento ao erário público, justifica a sua existência. Ou, então, a sua existência nos moldes em que têm vindo a existir até agora. Esta é uma reflexão que nós podemos fazer independentemente, obviamente, do trabalho que é desenvolvido nessas

instituições. É um facto que se formam pessoas, que essas pessoas são importantes para a competitividade do nosso concelho, agora também é importante que nós consigamos justificar e explicar que o custo de formação dessas pessoas é comportável. Nós estamos permanentemente, no nosso país, neste momento e bem, a equacionar todo o dinheiro público que gastamos, também a Autarquia terá que fazer esse papel e terá que ter naturalmente essa responsabilidade. O Senhor Presidente fez a seguinte intervenção: Senhor Vereador, antes de lhe responder, eu também lhe queria fazer duas ou três perguntas, porque realmente há coisas que me chocam, naturalmente, nem ao longo do tempo as pessoas se vão percebendo da importância. Por um lado reconhece-se que isto é muito importante para a competitividade do concelho, mas depois não se quer financiar. E há aqui um custo social, associado a esta matéria. Senhor Vereador, já é habitual e se calhar valia a pena era fazermos esta discussão de quatro em quatro anos, garantir o funcionamento desta instituição de quatro em quatro anos, senão todos os anos, se olharmos o Eng.º Joaquim Jorge diz a mesma coisa há cinco anos sobre esta matéria. E gostava já de aproveitar para fazer o convite ao Eng.º Joaquim Jorge para estar na próxima sexta-feira na entrega dos diplomas do Centro de Línguas, porque de alguma forma, muitas das coisas que aqui coloca, ouça, é perfeitamente legítimo colocar as questões e a forma como o fez, mas se calhar se nós conhecermos com mais profundidade o trabalho que ali é feito, se calhar não dizemos as coisas que dizemos sobre esta matéria. Ouça, todos nós temos direito a ter opinião. Eu já percebi há muito tempo que o Centro de Línguas é uma coisa a que o Senhor Vereador não dá importância, ao Centro de Línguas, e é uma matéria que nos divide, é uma matéria que nos divide. Quanto à questão das trapalhadas do Centro de Línguas, ainda esta semana, o funcionamento da justiça para mim não é uma trapalhada, como sabem há processos a decorrer, ainda esta semana houve mais um desenrolar desse processo que me agradou por acaso, que me agradou por acaso. E que, seguramente, essa coisa que o Senhor Vereador diz da trapalhada, não sei se foi esse o termo, peço desculpa, mas não sei se foi esse o termo, mas da confusão dos gastos etc., se calhar mais rápido do que aquilo que imagina poderá vir a ser esclarecido até pela justiça, mas como sabe, desde que isso entrou em segredo de justiça, eu nunca me pronunciei sobre essa matéria, nem me vou pronunciar. Estamos a ser permanentemente atacados relativamente a essa matéria, voltou hoje de forma indireta a esta mesa, registamos naturalmente. Mas sabe que nós pensamos é nos 483 alunos que estão no Centro de Línguas. E já agora, o Senhor Vereador também não disse, já que esteve a falar de números, eu gostava que a Senhora Vereadora Gracinda Leal pudesse dizer quanto é que estes alunos pagam, porque parece-me que só se fala nos gastos, só se fala no subsídio, mas parece que os alunos que lá andam não pagam nada. Que é para as pessoas perceberem. Já agora quando estamos a fazer uma análise séria a esta matéria, vamos falar de tudo, porque é que só se fala de uns números. Isto é como uma análise swat. A análise swat, tem quatro coisas e só se fala de duas e não se fala das outras duas. Aqui é igual. Vamos falar de tudo. Vamos falar do que é o investimento da Câmara Municipal, porque consideramos isto um investimento, Senhor Eng.º, consideramos isto um investimento. Se o Senhor quer, deseja, reafirma permanentemente,

um concelho com competitividade isto é um instrumento para a competitividade do concelho. Isto não é um custo, isto é um investimento. Agora, o Senhor não concorda, está no seu direito. O Senhor diz, que é mal gerido, é a sua opinião. Agora, perceba e eu tenho a certeza absoluta Senhor Eng.º que, se o Senhor estivesse sentado nesta cadeira, o Senhor nunca teria a coragem de encerrar o Centro de Línguas, porque é muito fácil falar desse lado. E deste lado o Senhor não teria a coragem de o fazer e desse lado está sempre a deixar isso no ar, é preciso ponderar, é preciso isto e é preciso aquilo. Então, não há ponderação? Então, não tem sido feita a ponderação? Não se tem procurado aumentar as receitas do Centro de Línguas? Não se tem procurado diversificar a oferta do Centro de Línguas? Não se tem aumentado a oferta formativa do Centro de Línguas? Não é isso que tem vindo a ser feito? Se nós queremos ter um concelho competitivo, se nós queremos que as nossas crianças e os nossos jovens e a nossa população adulta sejam testemunhos vivos, Senhor Engenheiro, passa lá um dia, não diga que conhece, passe lá um dia, ouça pessoas dizer que o Centro de Línguas mudou radicalmente a vida deles, pessoas que hoje tem oportunidades em multinacionais porque aprenderam francês, porque aprenderam inglês e não tinham outra possibilidade de o fazer se não houvesse esta oferta, Senhor Engenheiro, compreenda também isso. Nós não podemos estar só a ver a questão pelo lado da despesa, perceba isto, isto é importante perceber. Eu sei que o Senhor é sensível a isto, porque defende tal como nós defendemos que o nosso concelho seja competitivo. Agora, o Senhor vem aqui com um discurso que parece que a Câmara Municipal está para ali a pôr dinheiro, está para ali a pagar principescamente aos professores, o trabalho que lá serve não serve de nada. Não é verdade, Senhor Engenheiro, não é verdade. E por isso tenha paciência, há matérias que nos divide e esta é uma matéria que nos divide profundamente e, portanto, nós iremos continuar naturalmente a apoiar o Centro de Línguas, é muito importante, é muito importante numa estratégia de competitividade para o concelho. O Senhor não acha, não concorda. Está no seu direito. Agora, também tem que compreender que quem tem capacidade e possibilidade de decidir, decide de outra maneira. Agora, não devemos fazer disto um drama, devemos encarar isto com toda e total naturalidade. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora Dra. Gracinda Leal para prestar os devidos esclarecimentos: Então, muito rapidamente. Eu não consegui apanhar todo esse exercício matemático que o Senhor Vereador fez, se também o me quiser disponibilizar, eu depois também analisarei. Queria dizer que os trabalhadores do Centro de Línguas ganham consoante a tabela do ensino que praticam, portanto, estão lá todos dentro da legalidade, é utilizado para o cálculo do seu ordenado, há uns professores que têm mais horas de ensino, há outros que têm menos. Depois, também queria dizer que para pagar dívidas, como vocês dizem, que o Centro de Línguas gera rendimentos suficientes e ainda sobra dinheiro. O que nos põe aqui em causa é o facto de não termos mensalidades durante dois meses, temos encargos para catorze meses e há este défice além do custo social que também entendo eu, enquanto Vereadora da Cultura, a Autarquia deve também assumir. Relativamente à gestão, nós temos uma Técnica Oficial de Contas a elaborar os orçamentos e os balancetes e toda a parte da contabilidade. Está tudo transparente. Este

Orçamento reflete realmente aquilo que é necessário. Felizmente, o nosso compromisso com as Finanças já não existe, conseguimos e foi-nos conseguido o perdão fiscal e já foi também uma verba, senão ainda tínhamos também este ano para pagar algumas prestações. Portanto, não sei onde é que está a gestão tumultuosa, ou a incompetência, porque realmente em dois anos não sei o que é que se poderia fazer mais para melhorarmos drasticamente as nossas receitas. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora Dra. Ana de Jesus: Senhor Presidente, não obstante se ter virado para o Joaquim Jorge, que foi quem falou sobre isso, como se supõe o voto do Partido Socialista é unânime nesta área, portanto eu também me senti tocada por algumas coisas que disse, portanto sinto-me na obrigação de responder. Quando eu tomei posse em 2009 e em janeiro de 2010, janeiro ou inícios de fevereiro, nós votamos aqui um orçamento do Centro de Línguas e nós votamos a favor do Orçamento, nessa altura aprovamos, penso eu 40.000,00€ para a gestão do Centro de Línguas. Inícios de janeiro de 2011 voltamos a aprovar um novo Orçamento, novamente 40.000,00€ e nós votamos a favor deste Orçamento. Portanto, o que nós estamos aqui a discutir e essa discussão paralela da existência de quanto custa, essa discussão acho que devemos estar abertos a ela sem tabus, mas nunca nos ouviu, enquanto o Orçamento foi de 40.000,00€, porque entendemos que isto tem um custo social e não é um custo social de 40.000€, é um custo social de 40.000€ do protocolo e mais um custo social das rendas que nos custam outro tanto, provavelmente mais 40.000€. Portanto, entendemos que este custo, é um custo razoável para esta estrutura e já nessa altura os professores ganhavam pela tabela cooperativa e 40.000,00€ chegavam para suportar esta estrutura. O que nos leva a votar hoje contra, é nós sabermos para que é que estamos a aumentar para 35.000,00€. E não foi porque a estrutura aumentou, ou porque os salários aumentaram tirando esta pequena insignificância. Não aumentaram 35.000,00€, não aumentaram 100.000,00€ como aumentamos o ano passado. A gente sabe perfeitamente para que foi esse dinheiro, esse dinheiro foi e continua a ser para pagar as dívidas do passado e todo aquele processo e pelo que diz o Tribunal vai-nos ajudar a perceber. Agora, nós temos um parecer do Tribunal de Contas, já na altura falamos aqui, que nós não podemos andar a dar dinheiro às instituições e às associações para pagar dívidas. E isto é uma pergunta a que a Dra. Gracinda não nos conseguiu responder: Onde é que o peso da estrutura aumentou de tal maneira que hoje a gente precise de duplicar o orçamento? Não tem nada a ver com o Centro de Línguas, Senhor Presidente. Eu já votei dois Orçamentos a favor do Centro de Línguas, quando eu achei que 40.000,00€ era um custo razoável, o custo social. Agora, a partir do momento em que me pedem para eu aprovar 75.000,00€, onde eu sei que 38.000,00€ que estão aí espalhados são para entregar de dívidas à Segurança Social, desculpem lá. Querem votar? Isso é uma opção vossa. Agora, respeitem e não façam aqui um desenho de que nós somos contra o Centro de Línguas, que somos contra a competitividade do concelho, porque não é isso que está em questão, o que está em questão é este dinheiro que estamos a aprovar a mais para além dos 40.000€ e isto é importante que fique. Portanto, eu não vou aceitar nunca, que se vire para mim e que me diga para eu ir ao centro de Línguas, porque eu não preciso de ir ao Centro de Línguas, eu já frequentei o Centro de Línguas

e eu não preciso de ir lá à entrega dos diplomas, para saber a dinâmica daquilo. Portanto, foi isso que me fez votar a favor de dois Orçamentos, já não posso votar é quando estamos a falar destes valores. O Senhor Presidente concedeu novamente o uso da palavra ao Vereador Eng.º Joaquim Jorge que disse: Eu gostaria obviamente de poder responder às suas questões, as questões que me ia colocar. Não, disse que me ia colocar algumas questões e queria que eu respondesse. Eu não tive oportunidade de perceber as questões, portanto não tenho nada para responder. Agora, gostaria era que respondessem à minha, que a Senhora Vereadora não conseguiu responder. Ou seja, a questão é muito simples, mais uma vez vou repeti-la. Não teve oportunidade de perceber ou de acompanhar a explicação que eu dei, mas eu vou repetir outra vez esta questão: Mantendo-se inalterada no tempo a estrutura de custos e de receitas do Centro de Línguas, porque é que as necessidades de financiamento, em termos de subsídios à exploração, por parte da autarquia oscile entre os quarenta, que inclusive em reunião de executivo onde nós votamos favoravelmente o Orçamento do Centro de Línguas nós vangloriamos-nos de ter reduzido a participação da Câmara, oscile entre os quarenta e os cento e cinquenta mil euros. É só isso que queremos que a Senhora Vereadora nos explique e a isso que não conseguiu responder. Senhor Presidente, eu não tenho uma visão tão rudimentar nem utilizo uma linguagem tão simples sobre um problema desta natureza. O Senhor fez aqui um exercício político, um exercício quase, enfim, de cariz eleitoralista. Senhor Presidente, eu não vou lá à entrega dos diplomas, porque eu lembro-me bem dos discursos que o Senhor profere numa sessão nobre de entrega de diplomas, que são discursos absolutamente lamentáveis e altamente reprováveis. O Senhor Presidente disse: Eu nunca não disse nenhuma mentira. Tem é que ir ouvir os alunos e os pais dos alunos, isso é que o Senhor tem que lá ir ouvir. O Vereador Eng.º Joaquim Jorge disse: Os senhores são os arautos das defesas e a oposição e a comunicação social e todos aqueles que vos criticam têm que ser diabolizados e hostilizados, porque são os maus da fita. Senhor Presidente, nós estamos a falar de dinheiro público. O senhor disse há pouco uma coisa que foi que se eu estivesse nessa cadeira não tomaria a decisão, não acabava com o Centro de Línguas, o Senhor pode dizer isso. Agora, há uma coisa que lhe vou dizer, se eu estivesse nessa cadeira não fazia aquilo que o Senhor acabou de fazer. Não me interrompia e deixava-me acabar a explicação, sobretudo se a explicação é um contributo para a clarificação da situação e para, digamos, a avaliação de tudo aquilo que são os investimentos e os gastos, como queiramos considerar, do dinheiro público dos contribuintes. O Senhor Presidente disse: Senhor Vereador, eu não o interrompi, eu apelei à sua capacidade de síntese, como sabe a minha tolerância é total nesta matéria e se há coisas que eu gosto, é de discutir e, portanto, estou completamente à vontade. Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por maioria, com quatro votos contra dos Vereadores do PS, três votos a favor dos Vereadores do PSD e o voto a favor do Senhor Presidente, tendo este último usado do voto de qualidade, aprovar a proposta apresentada. A Vereadora Dra. Gracinda Leal não participou na votação deste ponto por se considerar impedida. =====

===== **MINUTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR COM A ACADEMIA DE MÚSICA DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS (I/15119/2014):** Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que todos tem direito à educação e à cultura, cabendo ao Estado promover a democratização da educação e demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o progresso social e para a participação democrática na vida coletiva (art.º 73.º n.º 1 e 2 da CRP); - Que compete à Câmara Municipal no âmbito do apoio a atividades de interesse municipal, apoiar ou participar, pelos meios adequados, no apoio a atividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva recreativa ou outra (art.º 33.º n.º 1, alínea u) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro); - Que Academia de Música tem como missão assegurar o ensino artístico, desde a iniciação à formação pré-profissional, proporcionando ao mais elevado número de estudantes o acesso à prática musical especializada. Tem, ainda em vista o desenvolvimento de projetos de vida pessoal e/ou profissional e, conseqüentemente, o enriquecimento da sua região e do país no domínio cultural; - O interesse público municipal, tendo em conta a relevância, a antiguidade e a qualidade do ensino artístico e musical da Academia de Música, e dado que estão a promover e assegurar uma função crucial inerente às atribuições Municipais, designadamente promovendo a inclusão, a democratização do ensino musical nas várias camadas da população e o seu impacto neste Município; - Os encargos resultantes do Protocolo estão suportados em termos orçamentais, possuindo compromisso de fundo disponível n.º 1028/2014, conforme determina a Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, proponho: - Nos termos e com os fundamentos expostos, a aprovação da minuta de Protocolo de Colaboração a celebrar com a Academia de Música de Oliveira de Azeméis, que estabelece a forma de cooperação entre as partes, no respeitante ao apoio para o desenvolvimento das atividades e projetos a prosseguir pela mesma, no ano de 2014, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.” O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora Dra. Gracinda Leal que fez a seguinte intervenção: Também a presente proposta vem na sequência de um pedido de apoio por parte da Academia de Música para a concretização do seu projeto educativo, para fazer face a despesas de funcionamento deste estabelecimento de ensino. Também tiveram acesso aos documentos previsionais, quer ao Plano de Atividades, quer ao Orçamento. Refletem, como já acabei de dizer para o Centro de Línguas, também a atividade da associação que tem vindo a crescer e que é também evidenciado este crescimento pelos resultados que se tem obtido pelo facto de termos constituído também uma Comissão Artística em 2012 que tem por finalidade a promoção artística, mas também a captação de novos alunos. Neste ano letivo aumentámos a oferta educativa, criamos dois novos cursos, o de pré-iniciação e o de percussão, e o número de alunos também aumentou de 154 para 177 alunos. Para a concretização das atividades da Academia, esta escola conta com o apoio concedido pela DGES, é o apoio patrocínio que tem vindo a ser drasticamente reduzido de ano para ano por força de alterações legislativas. Conforme está aí no Orçamento, para este

ano, está inscrito uma verba 18.269.74€. No entanto, neste momento, ainda não entrou as habituais tranches, a primeira já devia ter entrado até dezembro último e a segunda devia estar a cair e ainda não caiu. Portanto, com contactos com a DGES sabemos que está atrasado e não nos dão garantias, não nos dão calendarização dos reembolsos que devíamos já estar a receber. Também tem um outro apoio que é uma candidatura ao POPH. No entanto, estes dois apoios não são suficientes pelo que a comparticipação da Câmara também é essencial. E porquê? Porque dos 177 alunos inscritos na Academia, 120 são apoiados pelo POPH, portanto, são aqueles alunos que estão no ensino básico articulado, o que se diz que é o ensino totalmente gratuito, e só 57 é que contribuem com as mensalidades referentes aos meses de aulas que são os dez meses. A candidatura ao POPH é elaborada também em função do ano letivo, estando neste momento aprovada uma verba de 187.166,44€ para este ano letivo, quando o valor solicitado foi cerca de 265.000,00€. Verificamos agora há pouco tempo que a comparticipação desta candidatura baixou de 100% para 65,23% no apoio às remunerações dos docentes. Portanto, até aqui o POPH contemplava a totalidade das remunerações dos docentes para o ensino articulado, neste momento só apoia em 65%, pelo que estamos a trabalhar também junto desta entidade no sentido de apresentarmos um pedido de alteração, para equilibrarmos também a verba inicialmente prevista para a candidatura deste ano letivo. Depois também como a candidatura ao POPH é por ano letivo, ela vai terminar neste ano letivo, não sabemos ainda se há nova candidatura para o próximo ano letivo, com a agravante que estamos no término de um Quadro Comunitário e estamos a iniciar outro, ainda não sabemos como é que vai ser feita, se há ou não novas candidaturas. Eu espero e acredito, que sim. No orçamento que temos para 2014, aquele tempo de setembro a dezembro de 2014 é sempre uma verba estimativa porque nós não sabemos se há comparticipação, em que valor é que há essa comparticipação, não sabemos quantos alunos é que vamos ter. E tudo isso são fatores de alguma indefinição e de previsão. Continuamos também a trabalhar na Academia, na angariação de novos sócios, de novos donativos e sempre com o objetivo de redução de despesas. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Eng.º Joaquim Jorge que disse: Eu correndo o risco de ser mais uma vez sou o mauzinho da fita que não aposta na educação, formação e qualificação dos Oliveirenses e não percebe nada da economia do conhecimento, Senhora Vereadora, mais uma vez, temos aqui um problema semelhante ao problema anterior. Nós temos receitas, obviamente, isto não é só despesa, não faço aqui aquele discurso mais do que ensaiado, absolutamente redondo, sobre o que é que são as receitas e o que é a estrutura de custos destas entidades. Nós sabemos que isto tem receitas, só que as receitas são, digamos, 13% dos custos, ou seja, nós temos 60.000,00€ de receitas e temos um orçamento de 464.000,00€, essa é que é a realidade. Bom, o que é que interessa? Objetivamente, o que interessa é que nós aqui à semelhança do que aconteceu no ponto anterior temos que investir, temos que apoiar com 126.000,00€ esta instituição. Nós temos aqui uma massa salarial, mais uma vez 360.000,00€ a que acresce mais 65.000,00€. O que queria perceber, Senhora Vereadora, era o seguinte: nós estamos a falar, objetivamente, de quantos professores na Academia de Música e quantos

funcionários? A Vereadora Dra. Gracinda Leal respondeu: Cerca de 28 ou 29. O Vereador Eng.º Joaquim Jorge continuou a sua intervenção: Nós temos aqui estes orçamentos, mas obviamente para nós, como sabe, é difícil, também a entidade não é obrigada a fazer essa desrinça, mas para nós é complicado perceber quais os vencimentos dos professores, não conseguimos por aqui perceber, quantas horas ministram, qual o custo/hora por formando. São questões importantes que nos ajudam a tomar posição e que nos ajudam a perceber de que forma é que este investimento de 126.000,00€ é importante. E é importante que nós percebamos, porque quando estamos aqui a falar em 65 e em 126, são 200, mas há outros investimentos que nós fazemos no apoio permanente que fazemos a estas instituições, no pagamento de rendas em alguns casos, como acontece no Centro de Línguas, são substanciais e, portanto, digamos que este apoio vai muito para além destas verbas que estamos aqui a discutir. E, portanto, a reflexão que eu há pouco sugeri estendo-a também a esta entidade no sentido de nós percebermos, enfim, até que ponto, isto não tem nada a ver contra o ensino das línguas ou do ensino da música, consideramos que são instrumentos fundamentais para a formação e para valorização dos oliveirenses e naturalmente do concelho, temos é que perceber, é essa a nossa reflexão e é isso que nós dizemos todos os anos e vamos continuar a dizer, temos que o fazer, aliás o vosso partido está a fazê-lo com total eloquência e até teve uma atitude engraçada quando estivemos a falar do Centro de Novas Oportunidades que visava precisamente formar e qualificar os Portugueses e lembro-me bem do que foi dito sobre o Centro de Novas Oportunidades. Dois pesos e duas medidas. Nós somos coerentes e dizemos: se puder haver uma reflexão permanente sobre as verbas, sobre os recursos públicos que nós atribuímos a estas entidades é essa reflexão que deve ser feita, no sentido de percebermos até que ponto isto passa por laços normais. Obviamente que quando diz que os professores ganham segundo a lei, segundo a tabela do ensino corporativo, ninguém disse que os professores são pagos por fora ou que ganham fora da lei, como é evidente. Agora, como sabe, o próprio Estado regula, regula quando diz que nós para o desenvolvimento das AEC's pagamos tanto à hora a um professor, regula o valor hora. E, portanto, é através desse valor hora, que nós percebemos aquilo que é razoável pagarmos. A Vereadora Dra. Gracinda Leal disse: Mas estes professores não são das AEC's, têm os que já atingiram o topo da carreira e que ganham mais. O Vereador Eng.º Joaquim Jorge disse: Eu não estou a dizer que não, não é isso que lhe estou a dizer. Senhora Vereadora, eu estava a querer dizer que o valor hora de 16,00€, por exemplo, para uma atividade de um plano de uma AEC, é um valor mais do que razoável, é um valor excelente. A Vereadora Dra. Gracinda Leal disse: Não se trata dos valores das AEC's, não há nenhum professor agora na Academia de Musica que tenha AEC's, estão no ensino articulado. O Vereador Eng.º Joaquim Jorge continuou a sua intervenção: Objetivamente os 35.000,00€ tem a ver com o ensino curricular que aqui é referido e os 360 mil euros da massa salarial desta instituição. E, portanto, para terminar, para nós o que nos interessa é permanentemente avaliarmos de que forma é que este dinheiro está a ser aplicado. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Helder Simões que disse: Gostava só de perceber aqui uma questão, porque o que é pedido pela

Academia de Música são 126.000,00€ e o que é protocolado são 45.000,00€, ou seja, objetivamente ou o Orçamento foi mal elaborado e a Câmara agora vai afetar os recursos intrínsecos, ou estamos aqui já aqui a prever 80.000,00€ de défice para a Academia de Música. Nós já sabemos que estas entidades, tanto o Centro de Línguas como a Academia de Música, são, quer se queira quer não, extensões da Câmara. Se algum dia houver passivo vai cair outra vez em cima do sócio principal que é a Câmara Municipal na prática. Eu gostava de saber era se este défice que já estamos a assumir aqui que vai haver, se há alguma solução para ele ou não? O Vereador Eng.º Joaquim Jorge disse: Por acaso eu não percebi, falou numa candidatura no valor de 180.000,00€, mas o valor que está aqui da candidatura POPH são 254.000,00€. A Vereadora Dra. Gracinda Leal respondeu: Esta já incluiu a próxima candidatura de setembro a dezembro e nós não sabemos se vai haver ou não. O Vereador Helder Simões disse: Então ainda vai ser maior, se isso não for aprovado, então o défice ainda vai ser maior. A Vereadora Dra. Gracinda Leal disse: nós fizemos uma regra de três simples e colocamos de setembro a dezembro. O Vereador Helder Simões disse: partindo do pressuposto que a candidatura é aprovada e que vêm esses 250 mil euros, há um défice de 80 mil, se a Câmara só vai atribuir 45.000€ e pede 140.000€ e estão inscritos 126.000€. A Vereadora Dra. Gracinda Leal disse: Não, poderá haver maior valor na candidatura. Nós não sabemos. Para terminar a discussão deste ponto o Senhor Presidente disse: O que nós estamos aqui a aprovar hoje, neste ponto específico, são 45.000€ para a Academia de Música. Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por maioria, com quatro abstenções dos Vereadores do PS, três votos a favor dos Vereadores do PSD e o voto a favor do Senhor Presidente, aprovar a proposta apresentada. A Vereadora Dra. Gracinda Leal não participou na votação deste ponto por se considerar impedida. =====

===== **ACÇÃO SOCIAL** =====

===== **CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR COM A OBRA SOCIAL DE S. MARTINHO DA GÂNDARA (I/15466/2014):** Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que a Obra Social de S. Martinho da Gândara é a entidade Coordenadora Local da Parceria do Contrato Local de Desenvolvimento Social + para o Município de Oliveira de Azeméis; - O pedido de apoio financeiro apresentado pela mesma em 21 de janeiro do ano corrente - A alínea o), r) e v) do artigo 33º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; - Que os encargos resultantes do Protocolo estão suportados em termos orçamentais, possuindo compromisso de fundo disponível n.º 1315/2014, conforme determina a Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro. Em face do exposto, proponho: - A aprovação da minuta do Contrato-Programa, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, a celebrar com a “ Obra Social de São Martinho da Gândara, nos termos e condições ali estabelecidas; - Que o mesmo seja remetido à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.”

Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ABASTECIMENTO PÚBLICO** =====

===== **MINUTA DO CONTRATO DE ADAPTAÇÃO AMBIENTAL (I/13465/2014):**

Retirado. =====

===== **ALARGAMENTO TRIENAL DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO COMERCIAL DENOMINADO “CEZAR CAFÉ” – APROVAÇÃO**

(I/13495/2014): Pelo Vereador Dr. Pedro Marques, foi apresentada a seguinte proposta:

“Considerando que: - De acordo com o artigo 13.º, n.º 1 do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais de Venda ao Público e de Prestação de Serviços, a Câmara Municipal poderá alargar os limites fixados no Regulamento referido; - O presente requerimento refere-se a um pedido de alargamento trienal de horário, do estabelecimento denominado “Cezar Café” sito na Praça da Liberdade, n.º 51 – Cesar, o qual tem como atividade principal de Café, para a prática do horário das 12.00H até às 02.00H de segunda-feira a quinta-feira e das 12.00H até às 05.00H à sexta-feira, sábado, domingo e vésperas de feriado. - O processo encontra-se instruído com a documentação exigida no artigo 13.º do Regulamento de Mapas de Horário, com parecer favorável da Junta de Freguesia e da GNR, contudo, esta última entidade, refere no seu parecer que o explorador deve cumprir: - a lotação prevista no estabelecimento; - todas as normas de segurança e higiene; - encerre dentro do horário de funcionamento autorizado; - não autorizar no exterior (junto à entrada do estabelecimento) haja consumo de bebidas por parte de clientes ou aglomerado dos mesmos e/ou qualquer cidadão; e, - colaboração com as autoridades policiais, no que diz respeito ao bem-estar dos residentes, à segurança, identificação e informação de possíveis atos criminosos e contraordenacionais de clientes. - Não existe qualquer tipo de denúncia relativamente a ruídos do referido estabelecimento. Pelo exposto, submeta-se a presente situação à Câmara Municipal para decisão do pedido supra-referido.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PATRIMÓNIO** =====

===== **APROVAÇÃO DA MINUTA DE PROTOCOLO DE CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES À FREGUESIA DE OSSELA (I/8177/2014):**

Pelo Vereador Dr. Isidro Figueiredo, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias; - Os municípios dispõem de atribuições, designadamente no domínio da promoção do desenvolvimento; - A prossecução das atribuições e o exercício das

competências das autarquias locais devem, entre outros, respeitar os princípios da descentralização administrativa, da subsidiariedade, da complementaridade, da prossecução do interesse público; - Foi solicitada a utilização do imóvel sito no Lugar de Santo António, da Freguesia de Ossela, (onde funcionava anteriormente a EB1), pela Junta de Freguesia de Ossela, para nele instalar um espaço museológico, desenvolver atividades e projetos, designadamente culturais, proponho: - A aprovação da minuta do Protocolo de Colaboração a celebrar com a Freguesia de Ossela, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, ao abrigo da alínea m) do n.º2 do art.º 23º do Anexo I, da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro (e posteriores retificações), que tem por objeto a cedência, a título gratuito, da utilização do edifício inscrito na matriz sob o artigo imóvel sito no lugar de Santo António, da Freguesia de Ossela, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 457, da mesma Freguesia (onde funcionava anteriormente a EB1), para nele instalar um espaço museológico, desenvolver atividades e projetos culturais, educativos, recreativos, de apoio ao associativismo, perpetuando a memória do escritor Ferreira de Castro; - Que se submeta à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea j) do 1 do art.º 25º do mesmo diploma.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. ==

===== **RATIFICAÇÃO DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO DO EDIFÍCIO PRAÇA DA CIDADE (I/11645/2014):** Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Ao abrigo do disposto no art.º 137 do CPA, proponho: A ratificação do contrato de arrendamento do edifício denominado Praça da Cidade, celebrado com e empresa OASISTERTÚTILA – Unipessoal, Lda., documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, bem como a convalidação dos atos entretanto praticados, com efeitos reportados à data que os mesmos respeitam ou foram praticados, ao abrigo do disposto no art.º 137º do C.P.A.” O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Ricardo Tavares que fez a seguinte intervenção: Este negócio, este contrato de arrendamento surge na sequência da não-aceitação ou renúncia ao direito de arrendamento por parte de quem foi adjudicado o direito de exploração no espaço Praça da Cidade; bem como resultado da comunicação por parte de um dos membros do concorrente que ficou em segundo lugar de que não tinha qualquer interesse em explorar o estabelecimento. Por outro lado, resulta do interesse e da vontade do atual arrendatário que possui dois estabelecimentos abertos ao público especializados na venda de tapas, que usa a marca “Pata Negra”, um em Vale de Cambra e outro no Castelo do Queijo, junto à Foz no Porto; do conceito do estabelecimento que tivemos oportunidade de conhecer e que achamos que se adequa ao espaço e pode trazer novas dinâmicas às diversas utilizações que o espaço propicia e que vem de encontro às regras que já tínhamos definido no contrato de arrendamento inicial; bem como o facto do representante da arrendatário ser Oliveirense e ter mostrado, como disse, interesse e vontade em investir em Oliveira de Azeméis. Gozando do direito que nos assiste de podermos celebrar contratos privados nos mesmos termos que os particulares, até porque a hasta pública como se verificou

não nos trouxe qualquer vantagem, entendemos oportunidade de dar ao arrendatário de trazer este conceito de estabelecimento que é útil e que achamos que vai ser uma mais-valia para a cidade e para o concelho. Apesar de não constar do contrato de arrendamento já sensibilizamos o arrendatário para a importância da empregabilidade de jovens oliveirenses nesta área da restauração e sei que isso está a ser levado em linha de conta. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Eng.º Joaquim Jorge que disse: Senhor Presidente, para nós é a primeira vez desde que este assunto foi trazido à reunião do Executivo Camarário, nunca mais conseguimos obter informações da vossa parte sobre o que se estava a passar. Agora fiquei surpreendido até por saber que em relação ao outro candidato ou ao candidato derrotado, o outro membro do duo não foi contactado. Isto efetivamente é uma telenovela e uma telenovela daquelas de má qualidade e uma telenovela que tem vários episódios. Começaram com um processo de construção do próprio espaço que deu na condenação do Presidente de Câmara e dos Vereadores do PSD; com parque de estacionamento subterrâneo que não funciona; uma praça que não é vivenciada da forma como devia pelos Oliveirenses e um espaço de restauração que foi concessionado e que não funcionou. E a quem? Aos concessionários a quem autarquia pagou o recheio de mais de €50.000, que esteve tal como o espaço durante este tempo todo a desagradar-se. A desculpa para este atraso de quase dois anos e para chegarmos a este desfecho, foi que queríamos inquilinos de referência, tínhamos inclusive interesse de multinacionais, não queríamos incorrer nos erros do passado, etc., e, portanto, digamos que essa morosidade iria levar a um desfecho que oferecesse garantias em termos do bom funcionamento daquele espaço. Avançamos então para a tal hasta pública aqui já referida pelo Senhor Vereador que na nossa opinião e tivemos oportunidade de a criticar, foi feita em cima do joelho, sem critérios rigorosos que deu em mais uns episódios para esta já longa telenovela. Surgiram então os tais dois interessados, os tais duos das empresas, e a concessão foi atribuída ao vencedor com a contestação, como sabemos, do vencido. Bom, sem que, como já disse, o Executivo Camarário tivesse sido informado sobre qualquer fase deste processo, surge agora um novo elenco de atores que criam este episódio verdadeiramente hilariante, ou seja, a Câmara passa de uma morosidade num processo justificada pela necessidade de arranjar uma boa solução para algo que nós Executivo Camarário desconhecemos, o Executivo Camarário é constituído por todos nós, e nos parece ser um completo desenrascanço. Eu não consigo perceber as exigências que nós na altura entendíamos dever fazer aos candidatos em termos da viabilidade económica do projeto; não vejo aqui uma definição clara da dinamização cultural do auditório, do espaço que para nós era importante; a experiência do investidor na área da restauração resume-se àquilo que o Senhor Vereador acaba de dizer, que já tem dois estabelecimentos, vamos acreditar nessa experiência da restauração. Não percebi muito bem, percebi que é um espaço onde se vende umas tapas ou mais qualquer coisa, mas que ele trabalha nessa área das tapas e nós percebemos que um processo onde exigíamos rigor passou para um processo onde há uma falta de transparência total. E a falta de transparência total estende-se ao próprio executivo que não é informado do

que está a acontecer no processo, aliás eu tive a ocasião de referir, de perguntar, de questionar o Executivo se era ou não verdade que já estavam pessoas a intervir no espaço sem que tivesse havido da nossa parte uma decisão nesse sentido. Não fomos instados a opinar, não me recordo disso, porque foi decido o ajuste direto a este proprietário, a este investidor. Diz o Senhor Vereador que foi contactado o candidato derrotado, avaliaram junto dele se ele continuava interessado no investimento e, portanto, julgo que também o informaram das novas intenções do Executivo em relação a esta modalidade do ajuste direto. Muito me surpreende aquilo que me acaba de dizer, porque falei com o candidato derrotado há dias e ele não me disse nada. Há aqui duas informações díspares. O que eu queria que ficasse aqui sublinhado é uma constatação muito simples: O que é que nós andamos a fazer nestes dois anos, ou seja, se o objetivo era tomar uma decisão desta natureza, uma decisão onde nós pegávamos naquele espaço, um espaço de referência, um espaço onde foram investidos muitos recursos públicos, se o objetivo era fazer isto então nós fazíamos isto há dois anos e tínhamos ganho neste processo € 25.000 de rendas e evitávamos que o material estivesse a degradar-se como esteve a degradar-se durante este tempo. Bom, era importante que nós percebêssemos aqui o seguinte: pelo que eu pode constatar pela leitura da informação que nos foi disponibilizada, este modelo de negócio merece tanta confiança por parte da autarquia, que a autarquia passa de um período de concessão de dez para vinte anos e permite, inclusive, o fecho, ao fim-se-semana, às quatro horas da manhã em pleno centro da cidade e numa zona onde há uma apreciável densidade demográfica, mas isso a seu tempo vamos ver no que é que vai dar. E ainda por cima dá uma borla de seis meses ao inquilino de uma forma absolutamente hilariante. Porquê? Porque a autarquia, por um lado, obriga no contrato o arrendatário a reconhecer que o edifício está em perfeitas condições de utilização e pronto para iniciar a atividade e a seguir dá-lhe seis meses de borla para ele fazer as obras que o município considera necessárias. Eu pergunto: que obras são essas que o município considera necessários que edifício não dispõe e que leva a que o município ofereça €6.500 ao investidor? Porquê? Porque nós até tachos, pratos, panelas e toalhas compramos, quer dizer existe tudo, agora se existe uma necessidade de adaptação obviamente que essa adaptação teria de ser da responsabilidade do inquilino. Senhor Vereador, isto é brincar com o dinheiro dos Oliveirenses. Nós terminamos os capítulos desta telenovela com um final que nós tememos que não seja um final feliz, obviamente que até o facto de nós queremos que o início da atividade seja o dia 01 de abril se calhar é premonitório, mas de qualquer maneira objetivamente o que eu lhes tenho a dizer é o seguinte: nós tivemos durante anos este equipamento, este espaço público central fechado. Encontramos hoje uma solução, que é em nossa opinião é uma solução errada. A obrigação do município era não tendo resultado a hasta pública, abrir durante um período, sessenta dias, por exemplo, onde comunicava aos interessados a nova modalidade que pretendia adotar definindo rigorosamente aquilo que pretendia para o espaço. Não o fez, utilizou esta modalidade do ajuste direto e, portanto, o que nós queremos dizer é que isto demonstra mais uma vez alguma incompetência na forma como se gere o património dos oliveirenses, como se geriu todo este processo e cá estaremos e aí eu não

tenho qualquer problema, espero estar errado e se estiver errado cá estarei para assumir as minhas responsabilidades, que este equipamento não venha a ter um fim idêntico àquele que teve. Portanto, julgo que nós teríamos todas as condições para procurar no mercado encontrar investidores, existem vários investidores interessados neste tipo e modalidade, porque esta modalidade é francamente diferente da modalidade da hasta pública, onde havia, digamos, algumas exigências que os concorrentes tinham que cumprir, neste caso concreto as coisas são bem mais fáceis. Senhor Vereador, objetivamente aquilo que temos para lhe dizer é que esperamos que as coisas corram bem, mas sinceramente este processo está desde o início inquinado e eu temo que o desfecho não seja o desfecho que todos nós não desejaríamos. O Senhor Presidente fez a seguinte intervenção: Senhor Vereador, eu não resisto antes de dar a palavra à Senhora Vereadora Ana de Jesus, deixe-me dizer que não resisto e eu até tenho uma grande capacidade de resistência, não sei se é boa ou se é má. Mas, realmente a sua intervenção, sendo o Senhor inclusive, julgo que ainda é dirigente de uma associação comercial do Município de Oliveira de Azeméis, o Senhor classifica um processo verdadeiramente hilariante, as palavras são suas, quando se está a dar a oportunidade de um comerciante, de alguém de Oliveira de Azeméis, de um investidor, numa área muito interessante e depois o Senhor Vereador termina, e bem na minha opinião, espero que tudo aquilo que eu disse esteja enganado, que isto corra bem e que seja um sucesso, eu acho que isso é interessante ouvir da sua parte e é isso que nós desejamos, que efetivamente as coisas corram bem. Estamos a falar de alguém que apresentou uma proposta para dinamizar um espaço num conceito e numa área que o Senhor Vereador reconhecerá que neste momento é uma falta em Oliveira de Azeméis. E o Senhor Vereador pertence a uma geração, porque eu também o lá via e eu também lá ia, em que Oliveira de Azeméis tinha uma oferta de restauração, de bar aberto até às 02h, às 03h da manhã, onde o Senhor Vereador ia como eu ia e como vinha muitas pessoas de outros municípios para Oliveira de Azeméis e isso não existe hoje. Ou seja, numa sexta-feira, no final de um concerto com um artista qualquer que acaba à meia-noite, meia-noite e meia e há uma tremenda dificuldade de alguém puder depois do concerto jantar, comer qualquer coisa em Oliveira de Azeméis, isto há vinte anos não existia, o Senhor sabe que não existia. Nós hoje temos aqui alguém que nos apresenta uma proposta e uma vontade de trabalhar numa área em que nós estamos deficitários, temos que reconhecer. Nós temos aqui a visão a cores e a visão a preto e branco e o que eu acho que nós devemos também criar estas possibilidades e esta oferta para que tem vontade, quem é oliveirense, quem vai arriscar, quem vai investir, quem vai apostar. E o Senhor Vereador está com um pessimismo brutal associado a isto. Eu bem sei, e tenho a certeza absoluta disso, que o Senhor também quer que isto corra bem, o Senhor quer e nós também queremos. O Senhor acha que aquela que foi a segunda proposta ou a proposta derrotada era melhor que esta? O Senhor não pode dizer isso, nem eu. É um conceito de franchising, ainda por cima é alguém detentor do franchising que é de Oliveira de Azeméis, que tem estabelecimentos abertos noutros municípios, o Senhor pode ir ver, tem aí o nome. Os Senhores à partida já estão com ar derrotista, não estejam, deixem as coisas andar. Depois o

Senhor Vereador na sua visão catastrofista diz que aquele espaço não tem dinâmica. Não tem dinâmica? A maior concentração de pessoas num concerto ao ar livre foi naquele espaço, não sei se foi ver o concerto de Tony Carreira, foi ali naquela zona; a funzone tem sido um sucesso. Nós temos dinamizado aquela zona. Quanto ao parque de estacionamento, nós não podemos obrigar as pessoas a irem lá estacionar o carro, o parque de estacionamento tem um concessionário que tem de se preocupar em meter lá os carros, agora eu já não sei se o concessionário quer ou não quer, nós já lhes demos sugestões concretas e objetivas em diversas períodos para que o concessionário faça campanhas de mobilização e o concessionário faz o que lhe apetece. Não nos esteja a condenar por termos feito aquele investimento. Senhor Vereador, o Senhor também há-de reconhecer, porque várias vezes o senhor aqui disse que nós tínhamos uma manifesta incapacidade, que não conseguíamos pôr aquilo a funcionar, eramos uns incompetentes. Agora nós somos incompetentes por não conseguirmos pôr a funcionar e somos incompetentes por pormos a funcionar. Não se esqueça como terminou a sua intervenção, de que espera que esteja enganado e que se estiver enganado vem aqui dizer. O Vereador Eng.º Joaquim Jorge disse: Senhor Presidente, o Senhor transforma quase sempre as intervenções da oposição numa visão catastrófica das coisas e procura dizer que nós somos contra o investimento, contra as soluções. Eu não vou perder tempo a tentar provar essa visão que tem sobre as coisas, porque obviamente essa é uma visão claramente política, da política no seu mais profundo nível e nós não defendemos esse tipo de coisas. Nós estamos a falar de um processo e é isso que nos preocupa, é a forma como este processo foi conduzido. Nós não estamos contra o investidor, nós nem conhecemos o investidor, não é isso que nos preocupa, o que nos preocupa é a forma como decorreu este processo, os anos que passaram, os prejuízos que foram causados no espaço e nos cofres do município porque poderíamos ter este espaço a ser rentabilizado há muito tempo. Porquê? Porque os Senhores defendiam uma determinada solução, com um conjunto de critérios que obrigava à demonstração da viabilidade económico-financeira do negócio. Tem agora essa demonstração da viabilidade económico-financeira do negócio? Tem alguma coisa que lhe assegure a rentabilidade económica como obrigou uma hasta pública? Tem aí algum documento que obrigue? O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora Dra. Ana de Jesus que disse: Eu reconheço que quando abri a ordem de trabalhos e vi este contrato eu senti-me patética, foi como me senti. Senti-me patética porque passei aqui algum tempo, passamos aqui algum tempo, a discutir cláusulas que para nós eram importantes para assegurar o sucesso deste investimento; passamos aqui se calhar mais do que uma reunião a dissecar critério por critério, a dizer que os critérios não eram claros, que se calhar poderíamos corrigir aqui ou corrigir ali. E ainda mais patética me sinto quando o Senhor Presidente me diz agora, e faz esse discurso, que afinal o que a gente pretende é um restaurante onde as pessoas possam ir comer até às quatro horas da manhã. Não é vocação da Câmara superar as deficiências do mercado de restaurantes. Este equipamento não foi pensado para ser um restaurante, porque a Câmara não tem que andar a construir restaurantes. A única coisa que eu quero referir é que efetivamente vocês convenceram-nos ou tentaram convencer-nos de

que era fundamental garantir aqui algumas exigências mínimas para que isto no futuro tivesse um mínimo de sucesso. Primeiro, experiência, era importante a experiência no mercado. Eu não sei de onde é que vem essa experiência, eu sei que tenho uma empresa que é a arrendatária, constituída em 2013, cuja atividade comercial é comércio por grosso de calçado, malas e marroquinarias, isto é o que está aqui, que tem uma sócia-gerente única que de imediato passa uma procuração a um senhor qualquer, que eu não sei quem é, mas não é ninguém ligada à arrendatária, pelo menos em termos formais não é, ela passa de imediato uma procuração, é uma jovem que quer investir pelos vistos, mas de imediato se desliga por completo do processo porque tem uma atividade de empresa que não tem nada a ver com esta área. E eu olho para aqui e pergunto se era importante a experiência antes, foram vocês que estabeleceram os critérios não fomos nós, foram vocês. Depois era importante o número de postos de trabalho, aliás foi um dos critérios que levou à eliminação do segundo, não tenho nada sobre isso, não faço ideia, tenho a garantia de que ele vai fazer um esforço. Depois inicialmente o arrendamento englobava inclusive a Galeria, depois lá conseguimos retirar, mas era fundamental na proposta, também uma coisa que foi importante para o candidato ganhar, o que é que ele em termos de plano apresentava para aquele anfiteatro. Era um requisito fundamental, porque isto não é um restaurante, nós não precisamos de andar a construir restaurantes, nós queremos um equipamento que estivesse todo ele interligado e eu olho para este contrato e zero. Eu só estou a dizer que para vocês era importante quando se abriu o concurso e agora deixou de ser, agora passou pura e simplesmente a ser um restaurante que se possa comer até às quatro horas da manhã. O que eu espero é que a Câmara crie uma cidade atrativa em equipamentos públicos, o que eu espero é que a Câmara cumpra o seu papel que é criar uma cidade atrativa, com equipamentos públicos agradáveis e isto é uma iniciativa privada face ao resto, não estou agora à espera que a Câmara esteja agora preocupada em criar um espaço para as pessoas comerem até às quatro horas da manhã. Outra coisa que se passou aqui de uma hora para a outra, que é no anterior ficamos abertos à possibilidade de criar uma plataforma virada para a praça, mas que era a cargo inteiro do privado, de uma hora para a outra a Câmara decidiu chamar a si a construção disso. A Câmara chamou a si, porque dá seis meses de renda. É ele que vai construir, não deu isenção nenhuma ao anterior, isso não foi determinante agora passou a ser. Senhor Presidente, é realmente eu perceber que passamos aqui algum tempo a discutir, foram perguntadas várias vezes a situação de como é que isto está, no dia anterior nós tínhamos perguntado como é que está e vimos o contrato assinado no dia seguinte. E depois, Senhor Presidente, até se calhar havia outras propostas e o Senhor Presidente até sabe, porque eu em conversa soube que chegou uma proposta à Câmara muito interessante até, muito interessante, onde o concorrente se comprometia a pagar um ano de rendas adiantado, este não paga um ano de rendas adiantado, para ele é seis meses de borla. Portanto, Senhor Presidente, tenho pena porque acho que efetivamente se calhar falhamos mais uma vez. Este não é um projeto que eu defenda para um espaço público, não é, desculpe. O que eu acho inacreditável é que o que era importante para vocês antes desapareceu, deixou de ser importante, como é que num prazo de

um mês ou dois deixou de ser importante. Mas nós gerimos isto como? Hoje é importante e amanhã deixou de ser importante? Não consigo perceber isso. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Ricardo Tavares que fez a seguinte intervenção: Só para responder aqui a duas ou três questões. O que era importante era importante e tanto era importante que nós decidimos instaurar um procedimento público de hasta pública, para que se candidatassem todos esses interessados que vocês disseram que conheciam e que estavam interessados em ir para ali e nunca apareceram. Apareceram só duas candidaturas e não deixou de ser fundamental por isso. Agora o procedimento concluiu-se com a não vontade dos concorrentes depois da análise de todas essas cláusulas que nós perdemos aqui um ano e tal a discutir para definir no contrato, eles entenderam que não tinham interesse no negócio. E então como a nós cabe arranjar soluções e a vocês cabe não arranjar soluções, porque não conheço ninguém, desconheço que tenha vindo aqui à Câmara alguém interessado a mando de vocês, ou que vocês tivessem sugerido, ou que vocês se tivessem preocupado em arranjar alguns investidores para o local. Vocês preocupam-se com as cláusulas e nós temos que nos preocupar com os investidores. Essa é que é a diferença de posição e, portanto, chegamos a este ponto e conforme disse aqui o Senhor Presidente o que nós queremos é que tenha o máximo de sucesso, porque o sucesso deles é o sucesso de Oliveira de Azeméis. Isto é para explicar a diferença de formalismo. Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por maioria, com quatro votos contra dos Vereadores do PS, quatro votos a favor dos Vereadores do PSD e o voto a favor do Senhor Presidente, aprovar a proposta apresentada. =====

===== **FINANÇAS E CONTABILIDADE** =====

===== **AUTORIZAÇÃO EXCECIONAL DE ACRÉSCIMO AO FUNDO DISPONÍVEL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) N.º 1 DO ART.º 4.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO E Art.º 6.º DO DL N.º 127/2012 DE 21 DE JANEIRO – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (I/14680/2014):** A Câmara deliberou por maioria, com quatro votos contra dos Vereadores do PS, quatro votos a favor dos Vereadores do PSD e o voto a favor do Senhor Presidente, ratificar o despacho do Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, datado de 13.02.2014, o qual se passa a transcrever: “Considerando que:- Para efeitos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, considera-se fundo disponível as verbas disponíveis a muito curto prazo, que incluem quando aplicável e desde que não tenham sido comprometidos ou gastos, nomeadamente os montantes autorizados nos termos do art.º 4º da Lei n.º 8/2012 e art.º 6 do DL 127/2012, de 21 de junho; - A título excecional, podem ser acrescidos aos fundos disponíveis outros montantes, desde que expressamente autorizados, pela Câmara Municipal, sem possibilidade de delegação, quando envolvem entidades da administração local, nos termos da alínea c), n.º 1 do art.º 4º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro; - De acordo com o n.º 1, do art.º 8 do DL 127/2012, de 21 de junho, a assunção de determinados compromissos deve ser efetuado pelo seu valor integral aquando da outorga do respetivo contrato, emissão da ordem de compra,

nota de encomenda ou documento equivalente, o que acontece regularmente de acordo com o normal funcionamento do MOA. - Sempre que o exigam circunstâncias excepcionais e urgentes e não seja possível reunir extraordinariamente a Câmara Municipal, o Presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, mas tais atos ficam sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática sob pena de anulabilidade (art.º 35.º n.º 3 do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); - Para efeitos de incorporação no cálculo do fundo disponível do mês de fevereiro, torna-se justificável, englobar-se os montantes parciais que se preveem receber de receitas próprias (cl. económicas: 01-Impostos Diretos) de acordo com o quadro abaixo, no montante global de 712.475,20€.

Cl. Económica	Mês a acrescentar o FD	Mês previsão recebimento	Valor
01 - Impostos diretos	fevereiro	julho	169.333,04 €
01 - Impostos diretos	fevereiro	agosto	148.604,44 €
01 - Impostos diretos	fevereiro	setembro	106.626,00 €
01 - Impostos diretos	fevereiro	outubro	83.906,83 €
01 - Impostos diretos	fevereiro	novembro	115.222,80 €
01 - Impostos diretos	fevereiro	dezembro	88.782,09 €
Total			712.475,20 €

Pelo que, determino: 1. Que se incorpore, a título excepcional, ao cálculo do fundo disponível do mês de fevereiro, o montante global de 712.475,20€, antecipando verbas previstas a receber de acordo com o quadro acima, nos termos da alínea c), n.º 1 do art.º 4º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com a alínea f) do art.º 3º da referida Lei; 2. A ratificação do presente despacho, nos termos e para os efeitos do art.º 35.º n.º 3 da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na próxima reunião da Câmara Municipal.” =====

===== **PAGAMENTO DE COMPARTICIPAÇÕES À ÁREA METROPOLITANA DO PORTO – ANO 2014 (I/13364/2014)**; Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: 1) De acordo com o anexo I, por remissão do art.º 2.º n.º 3 da Lei n.º 46/2008, de 27 de Agosto, o Município de Oliveira de Azeméis faz parte integrante da Área Metropolitana do Porto; 2) As deliberações dos órgãos das áreas metropolitanas vinculam os municípios que as integram, não carecendo de ratificação dos órgãos respetivos desde que a competência para tal esteja estatutariamente ou legalmente prevista (art.º 8.º da Lei n.º 46/2008, de 27 de Agosto); 3) A aprovação do plano de atividades e do orçamento pelo órgão competente - Assembleia Metropolitana nos termos e para os efeitos do art.º 11.º alínea c) da Lei n.º 46/2008, de 27 de Agosto, ocorreu a 20 de Dezembro de 2013; 4) Do orçamento consta que a comparticipação do Município de Oliveira de Azeméis para 2014 será no valor de 63.718,00€, proponho que se proceda à liquidação da comparticipação solicitada de acordo com o cabimento previamente efetuado. Nos termos da Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro, o Compromisso de Fundo Disponível é o 1266/2014.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **RESTITUIÇÃO DE MONTANTE REFERENTE À BIOMASSA**

(I/14622/2014): *Pelo Vereador Dr. Isidro Figueiredo, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - Ao abrigo dos n.ºs 2, 3, 4 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 124/52006, de 28 de junho, com as alterações conferidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, que estabelece as medidas a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, esta autarquia se substituiu ao proprietário de um terreno na Freguesia de Ossela (proprietário: Sr. Francisco Fernando Soares Ribeiro, residente no Lugar de Salgueiros, freguesia de Ossela, tendo procedido à gestão de combustível de acordo com os critérios definidos no anexo destes diplomas (n.º 17 do artigo 15.º); - Sempre que os materiais resultantes da ação de gestão de combustível referida anteriormente possuam valor comercial, o produto obtido dessa forma é pertença do proprietário ou produtor florestal respetivo, podendo contudo ser vendido pelo proprietário ou entidade que procedeu à gestão de combustível, retendo o correspondente valor até ao ressarcimento das despesas efetuadas (n.º 7 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 124/52006, de 28 de junho, com as alterações conferidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro); - Conforme despacho exarado na informação interna I/49554/2013, toda a biomassa proveniente desta intervenção, foi devidamente encaminhada para a Central Termoelétrica de Biomassa de Terras de Santa Maria; - A Guia de Receita n.º 17812/2011, no valor de 3.068,33€, referente aos trabalhos desenvolvidos por esta autarquia no âmbito deste processo, foi devidamente cobrada através de processo de execução fiscal (conforme o previsto no artigo 21.º dos diplomas anteriormente mencionados); - A Central Termoelétrica de Biomassa de Terras de Santa Maria procedeu já ao pagamento do montante da biomassa relativo a este processo.*

Quadro 1 – Listagem de entregas na CBTSM referente ao PI/985/2010.

Guia de Entrada na CBTSM	Biomassa (t)	Tipo de biomassa	Preço Unitário (€/t)	Importância
1130626	1,80	Madeira em bruto Diversa	€29,00	€52,20
3131205	6,18			€179,22
4131205	4,92			€142,68
5131205	8,84			€256,36
6131205	5,42			€157,18
7131205	6,84			€198,36
8131206	12,42			€360,18
9131206	7,16			€207,64
Totais	53,580 t			

Proponho a restituição do montante referente à valorização da biomassa (1.553,82+IVA) ao seu proprietário: Francisco Fernando Soares Ribeiro, NIF: 172474787.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== TOPONÍMIA =====

===== PROPOSTA DE ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE LOUREIRO – APROVAÇÃO (I/11453/2014): Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Na sequência de solicitação da Junta de Freguesia para alteração e atribuição de novos topónimos e após parecer favorável da Comissão de Toponímia de 20 de janeiro último, junto segue Proposta de Aditamento à Toponímia da Freguesia de Loureiro, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== EMPREITADAS =====

===== EMPREITADA DE “CENTRO ESCOLAR DE UL” – PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA A EXECUÇÃO DA OBRA (I/14722/2014): Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proponho a ratificação do meu despacho, datado de 10-02-2014, exarado no documento com a referência n.º I/12498/2014, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, relativo à aprovação do Plano de Segurança e Saúde para a Execução da Obra “Centro Escolar de Ul” - Processo n.º 014/2011/DME.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== EMPREITADA DE “ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL DE UL-LOUREIRO” – AUTO N.º 13 TC (I/15354/2014): Relativo à empreitada em epígrafe, adjudicada à firma “Paviazeméis – Pavimentações de Azeméis, Lda.”, foi presente para aprovação o auto de trabalhos contratuais n.º 13 no valor de € 60.317,97 (sessenta mil trezentos e dezassete euros e noventa e sete cêntimos), ao qual acresce o IVA. Após análise do mesmo e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprová-lo, autorizando assim o seu pagamento. =====

===== OBRAS PARTICULARES =====

===== APROVAÇÃO DO PROGRAMA DO EQUIPAMENTO DE UTILIZAÇÃO COLETIVA – ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DE LOUREIRO (I/11316/2014): Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - a inserção da Quinta do Barão na categoria de espaço “Espaço Verde” do PDM13; - que a norma que regula essa categoria de espaço (artigo 36.º) faz depender a edificabilidade de um programa de ocupação para a totalidade da mancha nessa categoria; - o

interesse da Associação Recreativa e Cultural de Loureiro em requalificar as suas instalações com apoio a financiamento externo; - a apresentação do programa de ocupação do equipamento de utilização coletiva (E/1989/2014) e a informação favorável constante no I/8095/2014, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas, proponho: a aprovação do programa de ocupação do equipamento de utilização coletiva apresentado para cumprimento do requisito previsto no n.º 2 do artigo 36º do regulamento do PDM13.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. ==

===== PEDIDOS DE CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE: =====

===== PI/4917/2013 (I/15082/2014) – JORGE DE JESUS RIBEIRO – RETIFICAÇÃO DE CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE, *advogado, com escritório na Av. Dr. António José de Almeida, n.º 374, desta freguesia e concelho de Oliveira de Azeméis, na qualidade de mandatário, requer nos termos do art.º 54.º da Lei n.º 91/95 de 02 de Setembro, na redação dada pela Lei nº 64/2003 de 23 de Agosto, lhe seja emitida certidão para efeitos de constituição de compropriedade do prédio rústico composto de terreno de cultura, sito no lugar da Igreja, freguesia de Loureiro, deste concelho, com a área de 1855m², a confrontar de norte com Olímpio da Silva Rafael e outros, de sul e poente com estrada e de nascente com Olímpio da Silva Rafael, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 2193 e não descrito na competente Conservatória do Registo Predial. Pretende-se adjudicar o referido prédio em comum e partes iguais a Nair Fernanda da Costa Oliveira Castro e a Maria Antónia Costa Castro de Brito Ribeiro, na partilha por óbito de Alzira Alves da Costa. Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade deferir o pedido. =====*

===== PI/970/2014 (I/15422/2014) – JOSÉ MARIA VALENTE COSTA – *Sara Almeida, advogada, com escritório na Av. Dr. Renato Araújo, n.º 503, 1.º, Sala 4, município de S. João da Madeira, na qualidade de mandatária da cabeça de casal da herança de José Maria Valente da Costa, de seu nome Maria Inês de Andrade, residente em Samil, freguesia de S. Roque, deste município, requer nos termos do art.º 54.º da Lei n.º 91/95 de 02 de Setembro, na redação dada pela Lei nº 64/2003 de 23 de Agosto, lhe seja emitida certidão para efeitos de constituição de compropriedade do prédio rústico, sito na freguesia de S. Roque, deste município inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 328. Esta certidão destina-se à autorização do aumento de partes (dois) no prédio rústico em questão. Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade deferir o pedido. =====*

===== PI/118/2014 – FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE SANTA EULÁLIA DE MACIEIRA DE SARNES – PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS (I/13532/2014): PELO VEREADOR DR. RICARDO TAVARES, FOI APRESENTADA A SEGUINTE PROPOSTA: *Pelo Vereador Dr. “Á reunião de Câmara para aprovação do pedido*

de isenção de pagamento de taxas.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **CONTRATAÇÃO PÚBLICA** =====

===== **EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO FAVORÁVEL PARA DIVERSAS AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS (I/15243/2014):** Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: 1 - Nos termos do n.º 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro (Lei do Orçamento de Estado de 2014- LOE 2014), carecem de parecer prévio vinculativo, por parte do órgão executivo das Autarquias Locais, a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços; 2 - Nos termos do n.º 5, do artigo 73.º da LOE 2014, o parecer prévio vinculativo depende de: a) Verificação do disposto no n.º 4, do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e respetivas alterações, e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes às contratações em causa. Nestes termos as naturezas e os objetos das aquisições de serviços anexa não se revela aplicável à verificação da existência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes às contratações em causa, não se mostrando, ainda, também exigível a verificação desta situação dado que ainda não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 2 e 5, do artigo 24.º, da Lei n.º 80/2013 de 28 de novembro; b) Declaração de cabimento orçamental emitida pelo órgão, serviço ou entidade requerente; c) Verificação do cumprimento do disposto no n.º 1, do artigo 73.º da LOE 2014; d) Que se tratam da execução de trabalhos não subordinados, para os quais se revele inconveniente e inaplicável o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; 3 - Neste contexto, os competentes serviços municipais reuniram a informação relativa às aquisições de serviços, organizada na lista anexa, que não se encontram abrangidas na Deliberação de 09/01/2014 (I/628/2014), relativa ao Pedido de Parecer Prévio favorável Genérico, dado não se verificar o cumprimento dos requisitos, designadamente no que respeita aos valores dos contratos, objetos e/ou prazos de execução dos serviços, pelo que necessitam da respetiva autorização/parecer prévio favorável, tendo sido verificados e devidamente justificados os requisitos enunciados no ponto 2. Submete-se ao Órgão Executivo a emissão de parecer prévio vinculativo favorável para efeitos do disposto nos n.ºs 4 e 11, do artigo 73.º da LOE 2014, relativamente aos contratos de prestação/aquisição de serviços constantes do quadro abaixo, cujos requisitos se encontram verificados e devidamente justificados, com convite à (s) entidade (s) que reúnem os requisitos, habilitações e aptidão técnica para satisfação das necessidades, de acordo com a aprovação do órgão/entidade com competência para autorização da despesa e decisão de contratar.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

REUNIÃO PÚBLICA MENSAL – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

=====
Pelo Senhor Presidente foi declarado aberto o período de intervenção do público, tendo usado da palavra a munícipe Ana Paula Soares Gomes Melo, residente na Rua de Alvelhe, freguesia de Ossela, que disse: Eu não sei se me está a conhecer, eu vim aqui porque eu já ando para falar com o Senhor Presidente há cinco anos e ainda hoje não obtive uma resposta para marcação de uma reunião com o Senhor Presidente. O Dr. Ricardo conhece a situação. Eu tenho um terreno junto ao Centro de Dia de Ossela e o terreno está, desde que foi construído o Centro de Dia, cheio de silvas, cheio de ervas, a minha mãe deu o terreno da parte de cima e agora a minha mãe não tem caminho sequer para ir ver o campo. Eu então hoje vim aqui para ver se há alguma possibilidade de resolver esta situação, porque a minha mãe não tem possibilidades para ir para tribunal. Eu chamei lá um advogado e o advogado disse que não há terrenos nenhuns sem caminho, que a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis fez asneira, porque o Centro de Dia não era para ser feito naquele sítio, era mais acima, é que tinha de resolver isso. Por isso não tenho nada que meter em tribunal, quem fez a asneira foi a Arqt.ª Filomena Farinhas, que aprovou um projeto que nem sequer foi lá ver, quando eu fiz a minha casa foram lá ver tudo e neste caso não foram ver nada. Aquele terreno está lá assim, tenho lá outro terreno que se eu deixar chegar a estes pontos vão-me acusar e este está ali assim. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao munícipe Eng.º António Matias, residente nesta cidade, que fez a seguinte intervenção: Em primeiro lugar, como Oliveirense eu fiquei contente por a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis estar presidindo uma entidade metropolitana. Em segundo lugar, há cerca de dois anos e meio assassinaram uma árvore na minha rua com uma motosserra, mas hoje, aliás a semana passada, criaram uma sepultura para esse local do crime. Eu não sei o que pensar e o que dizer, porque nem houve o gesto de replantar a árvore, a voz do povo diz que foi por causa do equipamento que tem um arco voltaico para alimentar a máquina de estacionamento, mas essas pessoas esqueceram-se que o arco voltaico funciona com a árvore ao lado, com a árvore a cem metros ou com uma árvore a um quilómetro. Essa árvore foi cortada com uma motosserra e a semana passada esteve pessoal, que eu não sei se é da Câmara ou não é, não tinham equipamento da Câmara, eram civis que estavam a podar as árvores, as outras, as vivas e com uma motosserra, não sei se é coincidência ou não. Outro ponto que eu queria falar com os Senhores Vereadores e com o Senhor Presidente é que eu vou falar como um utilizador vulnerável, palavra esta interessante, não sei se já conheciam esse termo, o Novo Código da Estrada fala nisso. Outra coisa que fala é um organigrama na Câmara Municipal para se saber quem é quem. Vou consultar o site. Então esse utilizador vulnerável, é muito engraçado isto, eu me diverti porque uma pessoa amiga me deu isto e tem aqui umas coisas que desmitificam o conhecimento que a gente tem. A primeira coisa, fiscalização do trânsito: as Câmaras Municipais nas vias públicas sob a respetiva jurisdição. Eu tinha ouvido dizer que a Câmara não pode fiscalizar nada, aqui está a dizer que sim e isto é Lei. Outra coisa muito interessante, a sinalização do espaço da via pública, tem aqui

uns conceitos muito interessantes, outra coisa, eu acho essa mais importante para mim, é o utilizador vulnerável e eu para esclarecer vou ler o que está escrito aqui “peões e velocípedes, em particular, crianças, idosos, grávidas, pessoas com cuidados de mobilidade reduzido ou com deficiência”, estes são os utilizadores vulneráveis, eu sou um vulnerável e acho que todos nós somos vulneráveis quando andamos a pé. O conceito de peão, pedestre acabou por desaparecer. Agora mais interessante, zona de coexistência, a zona de coexistência é a nossa rua, eu quando venho aqui falo sempre na minha rua e agora aquilo passa a ser uma zona de coexistência, é interessante, isto é Lei. Zona de coexistência: zona da via pública especialmente concebida para utilização partilhada por peões e velocípedes onde vigoram regras especiais de trânsito e sinalizado como tal. Eu então vou pedir, por favor tirem aquela maldita placa de 10km/h, aquilo é uma vergonha, até porque agora por Lei aquela rua, naquela via pública é permitida uma velocidade de 20km/h. Ora, realmente não dá para entender. Onde é que está a nossa competência profissional de fazer as coisas bem-feitas? Não custa nada fazer bem feito, absolutamente nada. Obrigado. Posteriormente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao município António Marques Pinheiro, residente na Rua do Caima, Macinhata da Seixa, que disse: Eu vinha aqui fazer um pequeno pedido à Câmara Municipal para que permita livremente o trânsito de passageiros passar naqueles cinquenta metros da Rua Bento Carqueja, que vai da Adegas do Mota até à Lavandaria S3. Eu especifico porquê: há ali sete atividades que têm a necessidade imperiosa de que os carros se desloquem às suas entradas e passo a enumerar: uma casa que vende máquinas de costura e repara máquinas de costura; uma drogaria que vende, entre outras coisas, latas de tinta; um estabelecimento de botijas de gás; a lavandaria que tem coisas muito volumosas; os CTT que tem por vezes encomendas com algum volume e também, está um bocadinho fora disso mas é de ter em conta, a funerária, que para não transgredir tem que ir a Santo António, à Casa do Benfica, para ir para a Igreja. Sempre que há uma transgressão a Guarda Nacional Republicana passa a respetiva multa. O comércio está a passar uma crise bastante forte e com estas situações ainda pior vai ficar. Eu já expôs a situação mais do que uma vez, inclusivamente ao Senhor Presidente e ao Vereador Dr. Ricardo Tavares. Eu acho muito bem que se proíba o estacionamento, mas que se possa circular. Era isso que eu queria dizer. A Câmara registou. =====

*===== **Aprovação por minuta:** Finalmente, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos do nº3 e para efeitos do disposto no nº4 do artigo 92º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro com a redação dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro. =====*

===== A presente ata foi distribuída por todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respetiva leitura conforme determina o nº4 do D.L. 45.362 de 21 de Novembro de 1963. =====

=====
E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram 20h e 30m, da qual para constar se lavrou a presente ata que eu,
, na qualidade de secretária a redigi. =====